



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DANILLO MAGNUM FARIAS CHAGAS

**A INSERÇÃO DE UM PAIS PERIFERICO EM UMA ZONA DE MOEDA
FORTE: O CASO DA GRÉCIA**

Caruaru, 2016

DANILLO MAGNUM FARIAS CHAGAS

A INSERÇÃO DE UM PAIS PERIFERICO EM UMA ZONA DE MOEDA FORTE: O CASO DA GRÉCIA

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Atenágoras Oliveira Duarte

Área de Pesquisa: Crises Econômicas; Relações Centro-Periferia

Caruaru, 2016

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Marcela Porfírio CRB/4 - 1878

C433i Chagas, Danilo Magnum Farias.
A inserção de um país periférico em uma zona de moeda forte: o caso da Grécia. /
Danilo Magnum Farias Chagas. – 2016.
78f.: il.; 30 cm.

Orientador: Atenágoras Oliveira Duarte.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
Pernambuco, Economia, 2016.
Inclui Referências.

1. Estruturalismo. 2. Dívidas. 3. Recessão (Economia). I. Duarte, Atenágoras
Oliveira (Orientador). II. Título.

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2016-295)

DANILLO MAGNUM FARIAS CHAGAS

A INSERÇÃO DE UM PAIS PERIFERICO EM UMA ZONA DE MOEDA FORTE: O CASO DA GRÉCIA

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Atenágoras Oliveira Duarte (Orientador)

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins
Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa
Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste

Caruaru, 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela saúde e capacidade que me foi dada para alcançar meus sonhos, pela força para não desistir quando os obstáculos foram impostos em meu caminho.

A minha namorada Júnia pelo amor, carinho, força e coragem que me concedeu sempre, por acreditar e me apoiar nas decisões difíceis, em todos os momentos de minha vida, desde que nos conhecemos há 7 anos atrás.

A minha família e especialmente a minha mãe Marta, que sempre me apoiou e me ajudou a lutar pelos meus sonhos e objetivos, pela educação e esforço concedido para que me tornasse um bom filho e profissional.

Aos meus professores de graduação que durante minha trajetória, somaram e contribuíram de tantas formas para que eu me tornasse um bom aluno e profissional.

Ao meu orientador Atenágoras Duarte que esteve presente durante a elaboração deste trabalho me ensinando e apoiando, que acreditou que poderia dar certo e me confiou essa responsabilidade. Agradeço a atenção, paciência, e ensinamentos.

RESUMO

Este trabalho busca compreender e analisar a inclusão de um país periférico em uma zona de moeda forte. Primeiramente apresentam-se os alicerces teóricos para discussão sobre o estruturalismo econômico com enfoque na relação centro-periferia, na concepção de Raul Prebisch e Celso Furtado. Depois são apresentadas as contribuições de Michael Kalecki, Joseph Schumpeter, e Conceição Tavares para a abordagem estruturalista da economia. Em seguida é apresentado o projeto de formação da zona do euro e seu início em 1999. Esse movimento torna oportuno o estudo dos impactos causados em todos países membros desde o início até o cenário econômico atual. O caso particular observado é o da Grécia que mostrou algum crescimento até a crise de 2008, no entanto, não conseguiu modificar sua estrutura caindo em um grande problema de endividamento e recessão profunda. Ao final, conclui-se que a adesão da Grécia a zona do euro não foi capaz de transformar sua estrutura periférica em uma estrutura de desenvolvimento. De acordo com a análise realizada, os ganhos obtidos pela adesão ao euro não foram direcionados aos setores produtivos internos, a demanda estava voltada cada vez mais a produtos do exterior o que causou o enfraquecimento da indústria interna do país. Após a crise, a Grécia passou a adquirir pacotes de ajuda da Troika (denominação dada às três instituições internacionais que negociam a dívida da Grécia: a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI) com a condição de fazer reformas nos planos de previdência, nos salários e alteração de impostos o que causou uma profunda recessão no país. No que concerne as políticas econômicas propostas para a economia grega, não se pode dizer que há atualmente um plano que garanta a estabilização da dívida. Nas considerações finais se destaca a importância de lidar com o fato de que a dívida grega se tornou impagável.

Palavras Chave: Estruturalismo Econômico, Relação Centro-Periferia, Zona do euro, Endividamento, Recessão Econômica.

ABSTRACT

This work seeks to understand and analyze the inclusion of a peripheral country in a strong currency area. First we present the theoretical foundations for increasing discussion on economic structuralism with focus on center-periphery relationship, in the design of Raul Prebisch and Celso Furtado. Then presents the contributions of Michael Kalecki, Joseph Schumpeter, and Conceição Tavares for economic structuralism. Next is presented the euro area training project and its inception in 1999. This movement is desirable to study the impacts in all member countries from the beginning to the current economic scenario. The particular case is observed in Greece that showed any growth until the 2008 crisis, however, it failed to modify its structure falling into a big problem of indebtedness and deep recession. Finally, it is concluded that the accession of Greece to the euro zone was not able to turn their peripheral structure in a development framework. According to the analysis, the gains made by joining the euro were not directed to domestic production sectors, the demand was turned increasingly to foreign products which caused the weakening of domestic industry of the country. After the crisis Greece has to get help packs (Troika) with the condition to make reforms in the pension plan, wages and tax changes which caused a deep recession. Regarding economic policy proposals for the Greek economy, it can not be said that there is currently a plan to ensure the stabilization of debt. In the final considerations highlight the importance of providing you with the fact that the Greek debt became unpayable, given that the capitalist system is conducive to crises and the means needed for debt payment are unachievable.

Key words: Economic structuralism, Central Periphery Relations, Euro Zone Debt, Economic Recession.

SÚMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. ESTRUTURALISMO ECONÔMICO E A RELAÇÃO CENTRO- PERIFERIA.....	12
2.1.A Concepção da Cepal.....	12
2.2.Relação Centro-Periferia Segundo Raul Presbich	14
2.3.Relação Centro-Periferia Segundo Celso Furtado.....	17
2.4.Padrões Monetários Internacionais.....	19
2.5.Estruturalismo Econômico Latino-Americano.....	22
2.5.1.A Contribuição de Michael Kalecki Para o Estruturalismo Econômico: O Setor de Bens.....	23
2.5.2.A Contribuição de Joseph Schumpeter para o Estruturalismo Econômico: A Economia da Inovação.....	25
2.5.3.A Contribuição de Conceição Tavares para o Estruturalismo Econômico: A Capacidade de Financiamento.....	26
3. A FORMAÇÃO DA ZONA DO EURO E A INCLUSÃO DA GRÉCIA.....	29
3.1.Projeto de Formação da Zona do euro: Relatório Werner.....	29
3.1.1.O Sistema Monetário Europeu.....	29
3.1.2.O Tratado de Maanstricht.....	30
3.2.A Inclusão Dos Países Na Zona Do Euro.....	31
3.2.1.Impactos Macroeconômicos: Periferia x Centro.....	35
3.3. A Inclusão da Grécia na zona do euro.....	41
4. A CRISE NA GRECIA NO CONTEXTO DA CRISE EUROPEIA.....	43
4.1. O Poder Da Moeda e Seus Impactos Macroeconômicos.....	43
4.2. Análise da Balança de Pagamentos.....	44
4.2.1.A Balança Comercial.....	45
4.2.2.Balança de Serviços e Rendas da Grécia (BSR).....	48
4.2.3.Conta Financeira de Capitais	50
4.3. O Desenvolvimento da Indústria Após o Euro.....	52

4.4. A Crise na Grécia e a Teoria Econômica Neoliberal.....	53
5. AS POLITICAS GOVERNAMENTAIS DE RESGATE DA ECONOMIA GREGA.....	56
5.1 A Evolução do Endividamento Grego e os Planos de Resgate.....	56
5.2 A Incapacidade de Pagamento da Dívida Pública.....	68
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	76

1. INTRODUÇÃO

O subdesenvolvimento sempre foi um fenômeno estudado pelos cientistas políticos e economistas com o intuito de entender suas causas e descobrir as possíveis soluções. Em frente aos meios capitalistas os países têm buscado cada vez mais o desenvolvimento e a competitividade com inovações tecnológicas e busca por novos mercados.

O projeto de criação de uma zona com moeda única era favorecer o comércio interno e quebrar as barreiras de mercado, tornando os países mais competitivos e dinamizando as relações internacionais desses países. A zona do Euro foi criada em 1999, participando no início 13 países e entrando mais 5 no decorrer dos anos.

A Grécia aderiu em 2001. Com o poder de compra adquirido elevou sua demanda fazendo com que sua economia crescesse a níveis maiores que a média da zona, mas após a crise de 2008 a Europa entrou em uma profunda recessão e a Grécia foi a mais impactada. Pelo Governo ser demasiado “generoso” com os programas de previdência e elevação dos salários, os déficits foram se acumulando sendo necessário pedir ajuda ao FMI (Fundo Monetário Internacional). Um plano de resgate foi oferecido com a condição de implementar reformas na previdência, redução nos salários, aumento nos impostos e privatização de empresas públicas. O mesmo foi aprovado em 2010 com vigência até 2012 de 110 bilhões de euros, mas diante da incapacidade de honrar com seus compromissos mais um plano foi solicitado e aprovado em 2012 com vigência até 2015 de 130 bilhões de euros. Após a Grécia não conseguir pagar uma parcela de vencimento em junho de 2015, um terceiro plano de resgate foi analisado sobre condições de sólidas reformas nos mesmos setores anteriormente solicitados para que o financiamento fosse “sustentável”. O terceiro pacote foi aprovado em 86 bilhões de euros, de maneira que a Grécia tem uma dívida atual (2016) de 177% do PIB.

A Grécia como outros países considerados periféricos como Portugal, Irlanda e Espanha na Europa, tornaram-se parte de uma zona de moeda única que não representava o valor de sua economia. A princípio o ganho no poder de compra gerado pela adesão ao euro alavancou a economia, proporcionou melhores salários e benefícios previdenciários como uma melhor condição de vida através da importação de bens de melhor qualidade e preço competitivo. No entanto, a sobrevivência do país nesse cenário econômico se tornou questionável a partir do momento que sua dívida ficou fora de controle.

Nesse trabalho iremos analisar o processo de inclusão da Grécia nesse bloco, os impactos causados nas variáveis macroeconômicas do país após a adesão ao euro, o surgimento da necessidade de ajuda financeira dos órgãos europeus com as imposições de reforma dos mesmos, e acompanhar o aumento do endividamento grego no decorrer dos anos.

Há necessidade desta análise por se tratar de um problema grande enfrentado pela zona do euro em tentar manter a Grécia como país membro. A incerteza sobre a capacidade de pagamento da dívida traz incertezas no cenário econômico, e a possibilidade de calote com a quebra de vários bancos europeus instaura instabilidade nos mercados. É importante entender a natureza desse fenômeno para tentar prever os possíveis impactos da continuação da Grécia nesse bloco.

Este presente trabalho tem como justificativa: o estudo da adesão de uma economia considerada periférica a um bloco de moeda forte, que no caso da Grécia tem sido um grande problema até os dias atuais; o interesse do autor pelo assunto é estimular a discussão dessa temática, analisar os impactos advindos dessa adesão, e levar os leitores a uma compreensão mais clara de como se dá essa relação centro-periferia nesse bloco econômico.

Quanto a metodologia utilizada nesse projeto trata-se de uma revisão da literatura dos principais autores considerados especialistas nesse tema, bem como pela análise de dados disponibilizados pelos principais órgãos de estudos da Europa (Eurostat, Pordata, Banco Central Europeu, Instituto Nacional Europeu, Trading Economics, Fundo Monetário Internacional).

O foco no estudo do caso é na relação centro-periferia no bloco econômico da zona do euro, seguindo uma abordagem histórica, quanto ao acontecimento de fenômenos particulares dentro da economia e usufruindo das teorias voltadas para essa relação, tendo como principais autores Raul Presbich, Celso Furtado, Michael Kalecki, Joseph Schumpeter e Conceição Tavares. A revisão literária foi feita através de artigos, monografias, livros, reportagens entre outros, muitos deles encontrados na internet.

A hipótese principal desse estudo é analisar se a relação centro-periferia na zona do euro em particular no caso da adesão da Grécia ao euro foi o que levou o país ao endividamento profundo ou se foi um outro fenômeno em particular.

No intuito de analisar os dados para alcançar os objetivos Gerais e específicos, o trabalho está dividido em 6 partes. A primeira é uma breve introdução. O capítulo 2 discorre sobre o estruturalismo econômico com as contribuições de Michael Kalecki, Joseph Schumpeter e Conceição Tavares, a segunda parte do capítulo é sobre a relação centro-periferia abordada por Raul Presbich e Celso Furtado, fundamentais para o entendimento da relação criada com a adesão da Grécia a zona do euro. No capítulo 3 é abordado o projeto para criação da zona do euro e os impactos macroeconômicos nos países periféricos e centrais, também é visto o processo de inclusão da Grécia em 2001. O 4 capítulo é o mais complexo e rico em informações onde é demonstrado e analisado a mudança nas variáveis macroeconômicas do país após a adesão ao euro, balança de pagamentos, comercial, de serviços e rendas, financeira e de capitais, e o desenvolvimento do setor industrial grego. No capítulo 5 é acompanhado a evolução do endividamento grego e os planos de resgate, no segundo momento é feito uma simulação de pagamento da dívida grega com base no próprio planejamento feito pela Troika (denominação dada às três instituições internacionais que negociam a dívida da Grécia: a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI). Por fim teremos o capítulo 6 com as considerações finais e os resultados apresentados.

2. ESTRUTURALISMO ECONÔMICO E A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA

2.1 A Concepção da Cepal

Em 1948, as Nações Unidas criaram a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), com o intuito de estudar as condições de subdesenvolvimento da América Latina e buscar suas possíveis soluções para recuperação. A Cepal conseguiu sobrepor o projeto inicial para que foi criada, tornando-se um instrumento analítico que interpretava elementos estruturais. A economia mundial deveria ser entendida como uma estrutura que se relaciona como centro-periferia que se reproduz automaticamente em diversas formas, por isso estrutural. Por outro lado o estudo das causas do subdesenvolvimento é procurado no seu encadeamento histórico.

O pensamento cepalino evoluiu e criou seu próprio método de pesquisa que se ajustou às mudanças econômicas presentes no decorrer do tempo. Um dos métodos de estudo denominado como “histórico-estrutural”, procura entender e analisar as estruturas produtivas que foram herdadas anteriormente e que conseqüentemente condicionam a dinâmica econômica dos países que se encontram em desenvolvimento, podendo mostrar os diferentes comportamentos destes países para aqueles que são mais desenvolvidos. Com esse método é possível perceber que não há etapas de desenvolvimento e sim dinâmicas diferentes entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

As etapas da Cepal podem ser divididas em cinco tópicos: 1) se enquadra nos anos 1950 pela abordagem da industrialização como plano de substituição dos importados; 2) nos anos 1960 com reformas para desobstruir os caminhos da industrialização; 3) nos anos 1970 com propostas de reorganização das formas de desenvolvimento para homogeneização social e a diversificação pro-exportadora; 4) nos anos 1980 com a superação do problema de endividamento conhecido também como “ajuste com crescimento”; 5) anos 1990 com a transformação produtiva; 6) atualmente como o modo de produção recente. Durante muito tempo a Cepal foi uma grande fonte de informações e análises sobre a conjuntura econômica da América Latina, por possuir métodos próprios de enfoque analítico que foi sendo aperfeiçoado durante o tempo.

Raul Prebisch foi um grande contribuinte da teoria econômica que aborda o centro-periferia utilizando do método indutivo e abstração interagindo entre si. Esse método baseia-se na perspectiva de oposição entre “centro” e “periferia”, desenvolvendo uma exploração analítica de ambas as partes. A “periferia” é descrita como uma estrutura que

possui um determinado padrão de inserção na economia mundial, que se enquadra como produtora de bens e serviços de pouca demanda internacional. Por outro lado é uma importadora de bens e serviços com uma demanda interna em rápido crescimento e que assimila os padrões de consumo e as tecnologias que são adequadas para o centro, no entanto, é indisponível de recursos e nível de renda de uma periferia para esse tipo de demanda. Através dos intelectuais como Celso Furtado, Aníbal Pinto e Aldo Ferrer foi que o método “histórico-estruturalista” tornou-se o meio de pesquisa histórica para entendimento da formação econômica dos países latino-americanos, e foi utilizado como o meio pelo qual se examinam as transformações econômicas de médio e longo prazo nesses países. (Revista CEPAL, outubro de 1998).

O quadro abaixo mostra de forma resumida as teses criadas e estudadas pela Cepal no período entre 1948-1998, os métodos e planos usados como instrumental analítico da Cepal e demonstra que estão em conjunto com o método histórico-estruturalista que desenvolve as teses estudadas nesse período. Ele mostra de forma resumida os elementos que caracterizam a obra da Cepal no período de cinco décadas.

Quadro 1: SÍNTESE DOS ELEMENTOS ANALITICOS QUE COMPOEM O PENSAMENTO DA CEPAL

Elementos permanentes	Análise histórico-estruturalista		
Períodos e Temas	Inserção Internacional (centro-periferia e vulnerabilidade externa)	Condições estruturais internas (econômicas e sociais) do crescimento /progresso técnico e de emprego/ distribuição da renda	Ação estatal
1948-1960 (industrialização)	Deterioração das relações de troca; desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos; integração regional	Processo de industrialização substitutiva; tendências perversas causadas pela especialização e heterogeneidade estrutural; inflação estrutural e desemprego	Conduzir deliberadamente a industrialização
1960 (reformas)	Dependência; integração regional; política internacional de redução de vulnerabilidade na	Reforma agraria e distribuição da renda como requisito para redinamizar a economia;	Reformar para viabilizar o desenvolvimento

	periferia; viés antiexportação industrial	heterogeneidade estrutural; dependência	
1970 (estilos de crescimento)	Dependência; endividamento perigoso; insuficiência exportadora	Estilos de crescimento, estrutura produtiva e distributiva e estruturas de poder; industrialização que combina o mercado interno e o esforço exportador	Viabilizar o estilo que leve à homogeneidade social; fortalecer as exportações industriais
1980 (dívida)	Asfixia financeira	Ajuste com crescimento; oposição aos choques do ajuste, necessidade de políticas de renda e eventual conveniência de choques estabilizadores; custo social do ajuste	Renegociar a dívida para ajustar com o crescimento
1990-1998 (transformação produtiva com equidade)	Especialização exportadora ineficaz e vulnerabilidade aos movimentos de capitais	Dificuldades para uma transformação produtiva eficaz e para reduzir a brecha da equidade	Executar políticas para fortalecer a transformação produtiva com equidade

Fonte: *Evolução das ideias da CEPAL, Revista da CEPAL, Número Extraordinário, Ricardo Bielschowsky, Santiago do Chile, outubro de 1998, LC/G.2037-P.*

2.2 A Relação Centro-Periferia Segundo Raul Presbisch

Raul Presbisch (1901-1986), de nacionalidade Argentina, foi um dos grandes economistas do século XX diretor de grandes instituições e indicado ao Prêmio Nobel por Gunnar Myrdal. Foi criador do Banco Central da Argentina, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Comércio (Unctad). Os seus trabalhos e teorias eram centrados nos interesses econômicos pelos países que demonstravam subdesenvolvimento econômico, sua teoria econômica é inspirada principalmente, pelo livro revolucionário (A teoria geral do emprego, do juro e da moeda) de John M. Keynes. Em 1982 Raul publicou uma obra intitulada “Cinco etapas de mi pensamento sobre el desarrollo” na qual descreve em cinco etapas as sucessivas fases do desenvolvimento econômico. (Miguel, 2007).

Na primeira etapa Prebisch fala sobre os ciclos econômicos e o repúdio às teorias do equilíbrio geral. No ciclo econômico segundo Prebisch, ocorre um movimento alternado de contração e dilatação da renda no processo circulatório que não se limitava a um processo interno do país, mais também de âmbito internacional. Por isso ele não aceitava a lei do equilíbrio dos marginalistas pois a realidade era cíclica, que surge de vários desequilíbrios mostrando-se incompatível com o equilíbrio geral. Em 1946 Prebisch fala pela primeira vez sobre seu conceito de Centro-Periferia na obra *Memoria de la Primera Reunión de Técnicos Sobre Problemas de Banca Ventral del Continente Americano* publicado pelo banco do México:

Os Estados Unidos, a meu ver, desempenham ativamente o papel de centro cíclico principal, não só no continente, mas em todo o mundo; e os países latino-americanos estão na periferia do sistema econômico (...) Por que chamo os Estados Unidos de centro cíclico? Porque deste país, em função da sua magnitude e de suas características, partem os impulsos de expansão e contração na vida econômica mundial e especialmente na periferia latino-americana, cujos países estão sujeitos as influências destes impulsos, como haviam estado anteriormente, quando a Grã-Bretanha tinha o papel de centro cíclico principal (...) Eu creio que o movimento cíclico é universal, que há um só movimento que vai se propagando de país a país. Portanto, não se deveria dividir o processo em várias partes independentes; não há um ciclo nos Estados Unidos e um ciclo em cada um dos países da periferia. Tudo constitui um só movimento, mas dividido em fases muito distintas com características claramente diferentes, segundo se trate do centro cíclico ou da periferia. Por esta última razão, apesar de ser o processo um só, as suas manifestações são muito diversas, de acordo com o lugar em que nos situemos (...) Sustento, por isso, que é impossível aplicar uma política uniforme para abordar os problemas emergentes do ciclo econômico. Não é possível usar na periferia as mesmas armas de intervenção e regulamentação monetária que se usa no centro cíclico. (Prebisch citado por Rodríguez, 1981, p. 34-35).

Na segunda etapa ele fala sobre o sistema de centro-periferia e a industrialização na América latina, a atenção sobre o balanço de pagamentos e o comércio internacional fica evidente nessa etapa onde já é identificado a necessidade de industrialização através da substituição de importações. Pouco tempo depois que chegara a CEPAL, Prebisch distribuiu alguns textos contendo a ênfase sobre o desequilíbrio do balanço de pagamentos que é provocado pelo baixo coeficiente de importações dos Estados Unidos e industrialização. O conceito de países (centrais ou do centro) seria aqueles no qual se produz bens manufaturados (capacidade tecnológica para produção desses bens), e os periféricos seriam os quais produzem apenas bens primários (pouca capacidade tecnológica de produção). Prebisch considera que o centro e a periferia advêm de um processo histórico e como se propagou no decorrer do tempo o progresso tecnológico na economia mundial, que gerou estruturas produtoras diferentes. (Miguel, 2007).

A terceira etapa é descrita sobre o mercado comum latino-americano e a insuficiência dinâmica do sistema, ela tem início com sua saída da Cepal em 1963 quando o mesmo assume a secretaria geral da Unctad. Prebisch observa que a deterioração dos termos de intercambio passa a ser explicada como consequência da elasticidade-renda da demanda e densidade tecnológica. Para Prebisch era considerado falso o trade-off entre estabilidade e desenvolvimento, pois segundo a ortodoxia não era possível obter os dois um sacrificaria o outro. Seu pensamento se baseia na possibilidade de obter estabilidade e desenvolvimento, tendo em vista que a inflação da América Latina não é causada por fenômenos monetários e sim por fatores como alto custo da substituição de importações, aumento dos preços de produtos agrícolas entre outros. Conseguir a estabilidade monetária não garante o desenvolvimento econômico, é necessária uma política efetiva de substituição de importações. (Miguel, 2007).

A quarta etapa é sobre o comércio internacional, desequilíbrio externo e desenvolvimento econômico Nesse período Prebisch se encontra como secretário geral na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), mandato que está situado entre 1963-1969. Essa nova responsabilidade dada a Prebisch o pôs diante de diferentes cenários de países periféricos, o que fez retornar as ideias da Cepal como ele mesmo descreve:

“A Quarta Etapa, relacionada com o meu trabalho na Unctad, se orientou para os problemas da cooperação internacional. Esta nova responsabilidade resultou muito pesada, porém, ao mesmo tempo, muito estimulante. Não tinha tempo para as lucubrações teóricas, de modo que tive de recorrer as minhas ideias da época da Cepal. Apesar das grandes diferenças que separavam os países da periferia mundial, havia muitos denominadores comuns. Isto me permitiu apresentar um conjunto completo de recomendações de política econômica que constituíram o ponto de partida da discussão entre os governos membros” (Prebisch, 1982, p. 1086).

A princípio o objetivo de Prebisch era elaborar uma política comercial em favor do desenvolvimento econômico que não fosse asfixiada externamente. A intenção seria corrigir os déficits do comércio e acompanhar o balanço de pagamentos procurando evitar os desequilíbrios, causados pela elasticidade-renda da demanda. (Miguel, 2007).

A quinta etapa é sobre a teoria da transformação –uma síntese entre liberalismo e socialismo. Prebisch elabora a sua teoria da transformação que é publicada na “Revista da la Cepal” entre 1976 – 1980, e a outra publicação que completa suas teorias anteriores é o livro “Capitalismo periférico. Crise e transformação”, em 1981. O pensamento dessa etapa está voltado para o excedente econômico, onde ocorre problemas na transferência

da produtividade na mesma proporção para a força de trabalho e não ocasiona a baixa dos preços, mas sim é absorvida pelos proprietários dos meios produtivos. O processo democrático é causador do incremento de produtividade que é apropriado pelo trabalhador, os proprietários dos meios de produção elevam seus preços para reestabelecer o sistema e compensar as perdas gerando um fenômeno espiral inflacionário. Para equalizar a dinâmica entre o econômico e o democrático Prebisch vem com sua teoria da transformação, segundo a qual cabe ao Estado reestabelecer a forma de acumulação e distribuição do mercado de forma que equalize a liberdade do mercado. Para Prebisch as falhas que não permitiam o desenvolvimento da América Latina precisavam ser solucionadas internamente no sistema vigente. (Miguel, 2007).

2.3 A Relação Centro-Periferia Segundo Celso Furtado

Na carreira do economista e pensador histórico Celso Furtado, um de seus principais objetivos foi procurar identificar os fundamentos do desenvolvimento econômico e como o mesmo ocorre em um modo capitalista de produção. Os seus estudos desenvolvidos no âmbito da CEPAL tinham como objetivo entender os processos que levam ao desequilíbrio e falha na absorção dos avanços tecnológicos por países subdesenvolvidos em relação a países desenvolvidos, e buscar formas de combatê-lo.

Celso Furtado afirma em suas teorias sobre desenvolvimento, que a assimilação de novas técnicas e aumento de produtividade são pontos cruciais para melhoria de bem estar de uma população: “esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduz a melhoria do bem estar de uma população com crescente homogeneização social”, (FURTADO, 1992b, p.39). Por outro lado os estados de subdesenvolvimento advêm de situações em que “aumentos de produtividades e assimilação de novas técnicas não conduzem a homogeneização social, ainda que causem a elevação no nível de vida médio da população” (FURTADO, 1992b, p 39-70). A sua teoria sobre o subdesenvolvimento é formada na perspectiva de ocorrência sobre um processo histórico e autônomo, e não uma etapa pela qual essencialmente tiveram que passar as economias que se encontram em grau de desenvolvimento (FURTADO, 1974). Isso mostra que o subdesenvolvimento não é uma fase inevitável do processo de economias desenvolvidas, mais sim uma “deformação” do sistema.

O subdesenvolvimento nesse contexto é dependente de certas condições históricas, pois existe um processo interno que é concentrador e um outro processo externo causador de dependência, nesse âmbito é onde se encontram os países com maiores acumulações de capitais e detentores dos sistemas industriais mais desenvolvidos. Essas características produzem um modelo de consumo no qual a situação de convivência torna-se heterogênea dividida por dois lados, no primeiro os grupos sociais fluentes conseguem implementar os padrões de consumo moderno e deles desfrutarem, no outro, grupos sociais que são submetidos a níveis mínimos de subsistência não podendo usufruir dos padrões de consumos desses países. (FURTADO, 1974).

Segundo Furtado a raiz do subdesenvolvimento é existente pela desarticulação entre a acumulação de forças produtivas e dos objetos de consumo, como ele cita;

“Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causada pela modernização”. (FURTADO, 2000, p 8).

A modernização citada por Furtado se refere diretamente às forças produtivas e objetos de consumo, ou seja, ocorre uma transformação nos padrões de consumo com uma elevação de produtividade, no entanto, as técnicas produtivas permanecem inalteradas. A elevação da produtividade pode ocorrer de duas formas; a primeira seria através da evolução do processo tecnológico que gera a produção, quando este se desenvolve a produtividade sofre aumento significativo que pode ser observado nos processos de industrialização. Em um outro cenário quando ocorre um aumento de produtividade no processo de produção que não é proveniente de avanço nas técnicas produtivas, mas sim pela modificação dos padrões de consumo que torna este um ponto de partida para formação de estruturas subdesenvolvidas. (FURTADO, 1972). Portanto a ligação com os fatores históricos feita por Furtado em relação ao subdesenvolvimento está diretamente ligada a modernização dos hábitos de consumo como ele descreve no texto; “o desdobramento do modelo de economia em que o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos” (FURTADO, 1972, p 12). Esse tipo de modernização onde ocorre apenas mudanças nos hábitos de consumo, é o principal causador das decorrentes restrições do

avanço tecnológico nos setores produtivos, e os países subdesenvolvidos irão apenas copiar os padrões de consumo dos países centrais.

Para Furtado a disparidade na evolução dos padrões de consumo só agravará o estado de subdesenvolvimento, pois se as evoluções dos hábitos de consumo dos países ricos fossem lineares com os países de renda média, os investimentos nas técnicas de novos produtos seriam absorvidos pela minoria, como descreve Furtado:

(...) na medida em que o consumo da minoria de altas rendas deve acompanhar a evolução do consumo dos grupos de renda médias e altas de países muito mais ricos – processo que é facilitado pela posição dominante das firmas internacionais na indução de novos produtos e na direção da propaganda – os limitados recursos disponíveis para investimento tenderão a ser absorvidos na diversificação do consumo da referida minoria, em prejuízo do referido processo de difusão. Em consequência, a aceleração do crescimento do consumo dos grupos de alta rendas terá como contrapartida a agravação do subdesenvolvimento, na medida em que este significa disparidade entre os níveis de consumo dos grupos significativos da população de um país. (FURTADO, 1972, p 31).

O processo de acumulação de capital alterou os modos de produção, as técnicas familiares e artesãs foram ficando cada vez mais rudimentares diante da progressiva utilização de mão-de-obra assalariada e a utilização dos recursos naturais, esse processo permitiu a dominância dos processos de produção onde se implementou a divisão do trabalho somada a avanços tecnológicos. As regiões que conseguiam absorver as técnicas mais avançadas de produção tornavam-se geradores de processos tecnológicos, onde se tinha uma utilização mais eficaz de recursos disponíveis. (FURTADO, 2000).

2.4 Padrões Monetários Internacionais

Após a experiência da grande depressão e do recente pós-guerra que ainda apresentava seus efeitos no âmbito econômico, vários países decidiram discutir sobre o gerenciamento econômico internacional buscando uma reformulação de política econômica baseado no capitalismo intervencionista. O padrão de Bretton Woods apresenta seu fundamento em cinco princípios básicos, o primeiro está no acordo que adota uma taxa de câmbio fixo que seria ajustável diante de desajustes estruturais. Em segundo lugar o acordo estava baseado em reserva de ouro, qualquer moeda que fosse comercializada teria que ter seu lastro em ouro e conseqüentemente sua conversão deveria ser automática. Essas duas primeiras medidas visavam intervir diretamente na política monetária adotada até o momento que apresentava falhas em seu papel, os países para superar a crise advinda da guerra praticavam constantes desvalorizações cambiais

competitivas junto a suspensão da conversibilidade ao ouro onde se tinha uma expansão monetária na qual não se tinha controle. O acordo previa ter uma base no sistema monetário na qual se pudesse impor limites a expansão da liquidez. A terceira se dava na possibilidade de conversão que se tem de uma moeda nacional para outra, isso garantia a plena mobilidade de capital entre os países. A quarta se refere a ajuste na balança de pagamentos quando houvesse desequilíbrios. Quando ocorresse um desajuste estrutural as taxas de câmbio deveriam ser reorganizadas, ação que seria coordenada pelo FMI e país em questão. No caso de desajustes transitórios o país deficitário adquiria um financiamento junto ao FMI para correção da balança de pagamentos e políticas macroeconômicas que seriam responsáveis pelos ajustes segundo a instituição. O quinto se daria pela funcionalidade do FMI em coordenar as regras cambiais e estruturas de paridade quando necessário, administração dos recursos financeiros disponibilizados pelos países membros para financiamento dos países que apresentassem déficits transitórios em seu balanço de pagamentos e acompanhamento das reformas nas políticas macroeconômicas responsáveis pelo desequilíbrio transitório do país deficitário. (BAER, 1995).

O sistema de Bretton Woods entrou em colapso pela necessidade que havia da economia americana realinhar a taxa de cambio do dólar com o intuito de recompor sua competitividade internacional agora abalada pelo crescimento das economias europeia e japonesa. Para os Estados Unidos a simples desvalorização do dólar poderia gerar uma fuga do ouro que colocaria em risco a posição do dólar como moeda internacional e ao mesmo tempo impondo restrições a balança de pagamentos da economia americana. No entanto, a economia americana procurava desvalorizar o dólar sem romper com sua posição central no plano internacional. A alternativa encontrada foi o abandono do plano de conversão em 1971. A partir desse momento o governo americano suspendeu a paridade do dólar para o ouro causando flutuações constantes acima do estipulado no regime anterior sua moeda não estaria mais em lastro ao ouro e sim a capacidade produtiva do país. Em 1972 a libra foi atacada levando a Grã-Bretanha a causar flutuações na moeda acima do acordado na conferencia promovendo um caminho em direção ao câmbio flutuante. Com isso o padrão dólar-ouro exigido na conferência de Bretton Woods deu lugar ao padrão dólar-flexível.

Para Dooley embora tenha ocorrido a ruptura do sistema Bretton Woods o sistema monetário internacional ainda mantém a mesma estrutura dinâmica: “o sistema global que

evoluiu e cresceu desde o advento de Bretton Woods tem mantido uma única estrutura dinâmica” (Dooley et al 2003, p 2). Para a manutenção da mesma estrutura trata-se de um sistema de centro-periferia na qual o centro é o emissor de moeda-reserva internacional e que tem o controle do mercado de bens e capital. Já a periferia se destaca pelo controle do fluxo de comércio e capital que prevê uma estratégia de desenvolvimento “para fora”, ou seja, baseada na depreciação do câmbio diante do aumento de exportações e no acúmulo de reservas internacionais. Dooley se refere a centro como o Estados Unidos e a periferia como a Europa e Japão que se recuperavam economicamente da destruição da segunda guerra mundial. Para ele o sistema de Bretton Woods pode trazer resultados de desenvolvimento durante algum tempo, mas depois a incorporação de políticas econômicas que permitam que os mercados fiquem abertos seriam inevitáveis:

Nossa resposta para esse quebra-cabeça é que o sistema não mudou, mas os objetivos para importantes blocos de países dentro do sistema alteraram-se ao longo do tempo. Taxas de câmbio fixas e mercados financeiros controlados funcionam por vinte anos e os países que seguem essa estratégia de desenvolvimento se tornam uma periferia importante. Essas políticas de desenvolvimento são, então, superadas por mercados financeiros abertos, e isso, por sua vez, requer taxas de câmbio flutuantes. O sistema Bretton Woods não evolui, ele apenas ocasionalmente reincorpora uma periferia. [tradução dos autores]. (Dooley *et al.* 2003, p.4)

Toda estratégia de desenvolvimento para periferia visa a maximização do valor das reservas internacionais podendo assim construir uma infraestrutura econômica sólida e com a formação de um estoque de capital doméstico que seja competitivo a nível internacional, o livre comércio seria a chave para a recuperação econômica dos países seguida de ganho de reservas no padrão de câmbio flutuante. A partir do momento que a acumulação das reservas internacionais torna-se um montante capaz de lastrear as relações econômicas internacionais da periferia, recomenda-se a flexibilização de sua política cambial passando do regime de câmbio fixo para câmbio flutuante, nesse momento decreta-se a conversibilidade de sua moeda. O sistema de Bretton Woods proporcionou resultados econômicos favoráveis permitindo a reconstrução industrial pós-guerra da Europa e do Japão, industrialização periférica e o desenvolvimento de economias nacionais autônomas. A flutuação do dólar permitiu a autonomia da política econômica americana, suprimindo os problemas causados pelo padrão-ouro aos Estados Unidos. A substituição do câmbio fixo para o flutuante amplificou a assimetria e a hierarquia do sistema monetário internacional estabelecendo um novo padrão de riqueza. (Oliveira, 2008)

2.5 O Estruturalismo Latino-Americano

Os fundamentos do estruturalismo latino-americano estão originalmente centrados no esquema de centro-periferia, que é visto como o processo decorrente da progressão tecnológica que se propaga pelos países. Se percebe que as relações internacionais desses países são dependentes de uma matriz industrial central e uma periferia dependente agrária, que vai de encontro a teoria das vantagens comparativas (Heckscher-Ohlin-Samuelson) que mostra de acordo com esse comércio a origem de um desenvolvimento desigual entre os países. O ponto em questão é que o progresso técnico entre os países se difunde de forma desigual. Para os países centrais os métodos produtivos indiretos de produção e os progressos técnicos, conseguem ser distribuídos de forma mais rápida e sólida para a estrutura produtiva. Nesses países o aumento do salário real impulsionado pela evolução econômica incentiva a criação de inovações tecnológicas destinadas a substituírem o trabalho por capital. A densidade do capital criada por esse processo propaga-se em seguida para os outros setores da economia, aumentando a produtividade do trabalho e mantendo os níveis salariais compatíveis com a acumulação de capital. A mobilidade desses recursos produtivos tende ao equilíbrio da renda nos variados ramos da atividade econômica.

Os países periféricos além de possuírem historicamente um atraso no progresso tecnológico, as técnicas produtivas inovadoras são inseridas no setor exportador de produtos primários ou setores ligados diretamente a exportação. Nesse caso o país torna-se especializado apenas unilateralmente desenvolvido no setor exportador, e a demanda diversificada criada a partir desse processo é satisfeita por meio de importações e não por produtos internos. A especialização dos países periféricos no modelo primário-exportador o torna este a principal fonte do dinamismo econômico, esta estrutura heterogênea torna alguns setores com produtividade elevada enquanto outros continuam com atividades atrasadas. A estrutura produtiva dos países periféricos é heterogênea e especializada, enquanto a dos países desenvolvidos são compostas por uma grande diversidade de atividades econômicas onde o aumento de produtividade consegue ser disseminado similarmente em todos os setores. As economias periféricas conseguem apenas o desenvolvimento de estruturas produtivas pouco diversificadas, embora o setor primário-exportador seja desenvolvido o mesmo não consegue difundir o progresso tecnológico para o resto da economia, logo não se pode empregar produtivamente toda mão de obra e os salários não tem crescimento real. A inclusão apenas do progresso tecnológico com o

aumento de produtividade não garante o desenvolvimento pleno de uma economia bem como sua diferenciação de renda real. Essa discrepância é ampliada pela tendência de deterioração dos termos de troca, na qual os preços dos produtos primários na exportação apresentam uma evolução inferior comparado aos bens manufaturados por países industrializados. Isso implica uma transferência dos ganhos de produtividade do setor primário-exportador dos países periféricos para os países centrais. Esse tipo de comércio permite que a condição de subdesenvolvimento seja perpetuada entre os países periféricos devido a troca desigual no comércio internacional.

Apesar da inclusão do progresso tecnológico não garantir o desenvolvimento, este é o caminho obrigatório que a periferia precisa passar em caminho ao desenvolvimento. Quando o sistema econômico mundial chega a um determinado nível de desenvolvimento e seus polos chegam a certos níveis de produtividade e renda média, as forças econômicas impulsionam automaticamente a indústria periférica. Uma vez que é identificado o problema do intercâmbio de bens industrializados por bens primários que causa um déficit na balança comercial, ele obriga a ser tomadas medidas protecionistas para que possa haver incentivo a atividade econômica interna. Portanto o estruturalismo latino-americano argumenta que a industrialização dos países periféricos deve ser concentrada no sentido “para fora” com o desenvolvimento do setor de exportação e em seguida “para dentro” baseado no processo de industrialização interna. (Rodriguez, 2009, pág 61-83).

2.5.1 A Contribuição para o Estruturalismo Econômico Segundo Michael Kalecki: O Setor de Bens

Após a crise de 1929 Michael Kalecki lançou em 1933 “esboço de uma teoria do ciclo econômico” onde seu empenho estava concentrado no estudo dos problemas na dinâmica econômica, como flutuações cíclicas e mudanças de longo prazo nas economias capitalistas. A partir de 1950 quando trabalhou como secretário na ONU começou a ter mais contatos com países subdesenvolvidos e se interessar por seus problemas. Kalecki especifica as características institucionais e estruturais das economias subdesenvolvidas em três classes: capitalistas, trabalhadores e pequenos proprietários. Ele divide a economia em dois setores sendo estes o de bens de capital e bens de consumo, no primeiro setor ele inclui a produção de commodities e no segundo ele divide em bens de consumo agrícola e não-agrícola. Para Kalecki a fragilidade no setor de produção de bens tem como principal fator de obstáculo ao desenvolvimento a falta de demanda dos mercados, pois se não houver uma demanda interna para os produtos advindos das novas fábricas é

impossível se desenvolver a menos que haja um escoamento dos produtos para o mercado internacional.

Se o investimento feito for bastante alto ele impulsionará a demanda por bens de consumo até que o excedente desses bens encontre uma maior demanda dos trabalhadores e capitalistas no setor de bens de capital, desse modo o alto nível de investimento é que gera a demanda pelos bens de consumo. Outro gargalo ao desenvolvimento percebido por ele, advém da pressão inflacionaria que surge através de altos investimentos. O setor de bens de consumo pode sofrer os impactos inflacionários quando o investimento é realizado pois os bens industriais tendem a ser mais elásticos e os bens agrícolas mais rígidos. Para Kalecki quando uma economia subdesenvolvida, mesmo com todos recursos materiais disponíveis, não consegue crescer a taxas elevadas, o problema está nas relações feudais e semif feudais na ocupação de terras e a dominação que os camponeses sofrem dos comerciantes e agiotas. Se houver um aumento nos preços dos alimentos os camponeses poderão comprar mais bens manufaturados devido ao aumento real dos salários, no entanto, se esse aumento real for revertido para os proprietários da terra ou comerciantes o ganho real desse valor não será revertido em demanda de bens de consumo em massa, será gasto em bens supérfluos. O aumento de produtividade é o caminho mais rápido ao aumento dos salários reais e aumento da demanda interna.

Para Kalecki, a influência do Estado é essencial para o desenvolvimento, os caminhos econômicos que os países decidem seguir em termos de investimento e distribuição de renda não são determinados pelas estruturas econômicas, mais sim pelas relações entre setores, grupos, classes no poder, e da isenção do governo no comércio internacional, nas relações de comércio e políticas econômicas que o governo consegue estabelecer. Para governos que representam os empresários, classes médias, trabalhadores e outros grupos importantes, o espaço para sua intervenção está na possibilidade de acordos e alianças internacionais que busquem uma maior mobilidade do capital estrangeiro. Kalecki acreditava em três condições necessárias para que houvesse uma taxa elevada de crescimento da produção que fosse sustentável: a primeira se dá através do comércio exterior e financiamento externo, a segunda seria manter o controle dos investimentos privados a fim de evitar projetos indesejáveis e prontidão do Estado para projetos prioritários, o terceiro é manter a estabilidade dos preços, exceto para correções de alterações nas relações de troca. Desse modo com maior mobilidade de capital e seguindo essas condições se poderia ter um desenvolvimento sustentável. (LÓPEZ, 2009)

2.5.2 A Contribuição para o Estruturalismo Econômico Segundo Joseph Schumpeter: A Economia da Inovação

Durante o decorrer do século XX houve muitos debates no âmbito da ciência econômica sobre o desenvolvimento econômico. Joseph Alois Schumpeter foi um grande contribuinte na teoria de desenvolvimento econômico que deu enfoque nos avanços tecnológicos como um propulsor do desenvolvimento em empresas e na economia, para ele as bases em que atua o mecanismo econômico são: a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência. O ponto de partida da teoria schumpeteriana para entender as determinantes do desenvolvimento é uma economia no ponto de equilíbrio. Nesse sistema também pode ser chamado de “fluxo circular”, ou seja, a economia segue um fluxo e retorna ao mesmo ponto, as empresas produzem os mesmos produtos e a alocação deles na economia é a mesma, também é usado o incremento de produtividade e surgimento de inovações tecnológicas. Schumpeter procura analisar o surgimento das tecnologias que rompe o fluxo circular tradicional, assim ele situa o dinamismo do crescimento econômico por meio da oferta de produto, ou seja, esse dinamismo surge do lado da produção com diferentes formas e junção de força para produzir. O surgimento de diferentes formas de produção ele chama de inovações. As novas combinações podem surgir de diferentes formas, pode ser a introdução de novos métodos de produção, introdução de novos produtos, pode ser da abertura de um novo mercado no próprio país ou no exterior, uma nova fonte de matérias primas, ou de uma outra fonte de organização industrial. (SCHUMPETER, 1982, P.47,48)

Para Schumpeter o desenvolvimento estaria associado a uma “destruição criadora” partindo do pensamento que quando surge uma nova tecnologia no mundo não concorrencial, esta causa uma destruição de técnicas anteriores e firmas que não obtiverem técnicas inovadoras fechariam suas portas. Por outro lado há um processo de “filtragem” em busca de processos mais eficientes e lucrativos. O desenvolvimento acontece com a utilização dos recursos que estão disponíveis na sociedade e que fazem parte do fluxo circular, é a nova forma de utilizar e realocar em novas atividades que o desenvolvimento acontece. Nas palavras do autor:

Entendemos por desenvolvimento, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adaptam

continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico...(SCHUMPETER, 1982, P.47)

O desenvolvimento para Schumpeter é baseado em novas combinações de fatores de produção e de mudanças irreversíveis na função de produção agregada e enfatiza a mudança qualitativa endógena, ou seja, as inovações como o fator principal. Para ele o empresário tem um dos papéis principais para difusão da inovação, tendo em vista que ele possui a energia e capacidade dos fatores de produção na qual a população no geral não tem. A poupança nesse cenário não apresenta qualquer obstáculo ao investimento, este seria impulsionado pelo progresso técnico, o treinamento da mão de obra e investimentos em bens de capital são os elementos centrais no processo produtivo bem como produz um efeito multiplicador sobre o emprego e a renda. Para Schumpeter dois fatores é que são causadores dos altos e baixos na produção e no emprego, o primeiro seria na própria expansão das inovações, quando estas chegam ao mercado gerando grandes lucros, atrai uma gama de outros empresários que irão utilizar de investimento para obter a inovação gerando a expansão da mesma na economia. A interrupção dessa expansão ocorre quando os lucros caem devido a queda nos preços, em razão de uma maior oferta dos produtos. Ainda outro fator seria o decorrente das próprias mudanças advindas do impacto das inovações, quando os novos produtos são postos diante daqueles que dependem dos antigos processos, esses últimos perdem espaço no mercado podendo fechar as portas diante da incapacidade de incorporar as inovações. Com esse processo se teria ciclos econômicos onde o sistema deveria se moldar as inovações. (MORAES, 2011)

2.5.3 A Contribuição de Conceição Tavares para o Estruturalismo Econômico: A Capacidade de Financiamento

Maria da Conceição Tavares foi uma grande economista portuguesa que foi naturalizada brasileira, a maioria de suas obras estão voltadas para o desenvolvimento econômico. Em sua obra *A retomada da Hegemonia Norte-Americana* em 1997, ela fala sobre o sistema de Bretton Woods que em 1960 passara por problemas ao mercado por apresentar uma “escassez de dólares” que prejudicava os Estados Unidos, e que a presença do dólar no mercado permitiu as empresas e países deficitários a usarem o crédito além da expansão da base monetária. Após 1968, os EUA modificaram sua política monetária e em 1971 e 1973 com as crises monetárias cambiais decretaram o abandono do sistema. A taxa de juros interna foi aumentada para o mantimento da hegemonia da moeda americana mesmo com efeitos de recessão sobre a economia. O EUA devido a sua política

financeira permitiu um déficit fiscal estrutural que em 1985 representava cerca de 1 Trilhão e 600 bilhões de dólares, essa dívida era o único instrumento utilizado para uma captação de recursos do mercado europeu e japonês para o mercado americano. Apesar de muito criticado o déficit americano tornou-se o único elemento de estabilização temporária no mercado interno e internacional devido sua segura aplicação e alta rentabilidade para os principais investidores em escala mundial. Para Conceição o “equilíbrio macroeconômico” da economia mundial pelo impacto da dolarização no mercado de crédito tende a obrigar os países a praticarem políticas monetárias e fiscais restritivas e obterem superávits comerciais para compensar os déficits globais da potência hegemônica. Por sua vez essas políticas limitariam o potencial de crescimento endógeno das economias e converteriam os déficits públicos em déficits financeiros estruturais.

Segundo Conceição o êxito de um país no desenvolvimento de sua economia ou em outras palavras, o tamanho do desenvolvimento de um país está de acordo com a capacidade que o mesmo tem de se financiar. Ela usa o Japão como exemplo de país heterodoxo em questão de políticas financeiras, que após a segunda guerra mundial desenvolveu seu próprio método de desenvolvimento econômico como ela mesmo cita:

“Fez investimento com crédito de curto prazo e uma política monetária solta, conglomerou o seu sistema empresarial com uma estrutura de risco aparentemente impossível, fez pouco uso do mercado de ações e da dívida pública, enfim, produziu seu próprio modelo nacional de desenvolvimento.”
(TAVARES, 1985, P.5)

Outra situação em que se torna visível esse ponto é na retomada de crescimento do EUA em 1982, ela pontua principalmente a forma em que essa retomada foi financiada. O primeiro fato é que a recuperação da economia americana foi financiada com crédito de curto prazo e com endividamento crescente, dessa forma o EUA teria “descoberto” a forma de desenvolvimento latino-americano e japonesa, ou seja, um financiamento com base no crédito de curto prazo, endividamento externo e déficit fiscal. Nesse caso a inflação não entraria em cena devido a hegemonia de sua moeda e sua sobrevalorização. Os EUA conseguiram uma entrada de capital bancário que conseguiu sobrepor os déficits em transações correntes, fora o Japão e Alemanha entre outros países da Europa que passaram a investir nos EUA. Quando o país tem capacidade de se financiar ele pode modificar sua estrutura produtiva, reorganizar sua estrutura econômica e industrial que passara a modernização tecnológica até os setores de ponta da economia. Com um sistema de financiamento pode se transformar setores como o de energia, transportes e

comunicação que são fundamentais para o desenvolvimento. Se o país possui a capacidade de financiamento e pagamento da mesma para um período de expansão de sua economia interna, conseguirá com êxito o crescimento desejado, por outro lado se um país não consegue essa capacidade cairá na armadilha da dívida sem conseguir o desenvolvimento de sua estrutura econômica interna. (TAVARES, 1985)

3. A FORMAÇÃO DA ZONA DO EURO E A INCLUSÃO DA GRÉCIA

3.1 Projeto de Formação da Zona do euro: Relatório Werner

Em torno de 1970, o primeiro ministro de Luxemburgo chamado Paul Werner toma a iniciativa de ressurgir com o propósito de criação da União Monetária que havia parado com o sistema de Bretton Woods (pressão para estabilização do câmbio). O relatório prevê a criação desse sistema no tempo de 10 anos, o sistema seria dividido em três etapas sendo estas:

- i) Reduzir as margens de flutuação entre moedas dos países membros
- ii) Mobilidade total dos movimentos de capitais
- iii) Fixação precisa do cambio entre as diferentes moedas

Para que houvesse uma coordenação precisa das políticas econômicas dos países membros onde se pudesse decidir taxas de juros, gestão de reservas, paridade de cambio entre outros, Werner propôs a criação de um centro de decisão no qual todos países pudessem participar. Quando houve o primeiro choque do petróleo o acordo foi rompido e retomado mais tarde com a criação da European snake. (FREIRE, 2013)

3.1.1 O Sistema Monetário Europeu (SME)

Em 1971 os países se encontravam em posições que não cumpriam os requisitos referente a carta de Werner, no entanto, todos acordaram para que houvesse uma redução nas margens de flutuação monetária, a mesma foi inclusa em uma fase experimental sem implicar compromissos pelo resultado do processo. A estratégia de Werner era que as taxas de câmbios fossem fixas baseados no dólar americano, quando o dólar começou a flutuar a instabilidade se instalou nos mercados de câmbio trazendo preocupações entre a paridade da moeda europeia. Em 1972 foi criado a European Snake ou (serpente no túnel) a medida visava dinamizar a integração monetária, onde o mecanismo de flutuações atuasse entre as margens de flutuação vinculado ao dólar. No prazo de dois anos com problemas de divergência política e outros problemas relacionados a debilidade do dólar o mecanismo perdeu seus componentes restando apenas Alemanha, Dinamarca e o Benelux. Em 1977 o presidente da Comissão Europeia, Roy Jenkins apresentou uma nova proposta de criação da UEM (união europeia monetária), que em 1979 foi apresentada como Sistema Monetário Europeu (SME) que contava com a participação de todas moedas dos países membros exceto a libra inglesa. O SME buscava agir em diferentes

quatro pontos para suprir as deficiências encontradas, a primeira estava baseada na criação de um mecanismo que estendesse crédito de países com moeda forte para países com moeda fraca, a segunda era a inclusão de um sistema de alinhamentos monetários periódicos no qual cobrisse diferenças inflacionárias existentes. A terceira era a criação do fundo monetário europeu que administraria o mercado de câmbio e monetário para criar reservas com direito a saques em ocasiões especiais. Na quarta as flutuações da moeda deveriam ser controladas por um mecanismo de taxa de câmbio (MTC) que permitia uma variação para cima ou para baixo de 2,25%, exceto para lira italiana onde poderia variar até 6%. (Comissão Europeia, 2007).

3.1.2 O Tratado de Maanstricht

Em 1989 foi apresentado um relatório pelo comitê da união europeia onde Jacques Delors era presidente e assim conhecido como o relatório Delors, o mesmo tinha como objetivo o consentimento da circulação de capital para integração dos mercados financeiros, a fixação de taxas de câmbio, e a criação de uma moeda que substituísse as outras sendo administrada por um único banco central, no qual operaria em função de todos países membros. O processo ocorreria em três estágios: (Comissão Europeia, 2007)

Tabela 2: Os Três Estágio da União Monetária.

Primeiro Estágio	Entre primeiro de Julho de 1990 e 31 de Dezembro de 1993.	<ul style="list-style-type: none"> _ Completa liberalização na movimentação dos capitais. _ Coordenação das políticas econômicas. _ Cooperação entre os Bancos Centrais.
Segundo Estágio	Entre primeiro de Janeiro de 1994 e 31 de Dezembro de 1998.	<ul style="list-style-type: none"> _ Convergência das políticas econômicas e monetárias para assegurar a estabilidade dos preços e das finanças públicas nacionais.
Terceiro Estágio	A partir do primeiro de Janeiro de 1999.	<ul style="list-style-type: none"> _ Criação do BCE. _ Fixação das taxas de câmbio. _ Introdução da moeda única.

Fonte: HENRIQUE, 2013.

Em função de proporcionar a estabilidade econômica e manter a integridade dos indicadores econômicos, o tratado estabeleceu condições favoráveis para inclusão dos

países na futura zona monetária. O controle sobre o estoque de dívida pública, fixação de tetos e limites para déficits públicos, procurava manter a estabilidade das finanças públicas bem como conciliar as políticas fiscais. Abaixo segue o quadro de convergência do tratado de Maastricht.

Quadro 2: Os Critérios de Convergência de Maastricht.

O que é avaliado	Como é avaliado	Critérios de convergência
<i>Estabilidade dos preços</i>	Taxa de inflação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	Não superior a 1,5 pontos percentuais em relação à média das taxas dos três Estados-Membros com melhores resultados
<i>Solidez das finanças</i>	Défice orçamental em % do PIB	Valor de referência: não superior a 3%
<i>Sustentabilidade das finanças públicas</i>	Dívida pública em % do PIB	Valor de referência: não superior a 60%
<i>Carácter duradouro da convergência</i>	Taxas de juro de longo prazo	Não superior a 2 pontos percentuais em relação à média das taxas dos três Estados-Membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços
<i>Estabilidade cambial</i>	Desvio da taxa de juro central	Participação no mecanismo de taxas de câmbio (MTC), durante, pelo menos, 2 anos, sem tensões graves

Fonte: Comissão Europeia, 2007.

Os critérios da conversão de Maastricht visava a garantia que a economia de todos os países que fossem membros, estivessem prontos para a aquisição da moeda única. A base desses critérios era fornecer aos países membros estabilidade, solidez e equilíbrio nas finanças públicas diante dos choques econômicos na qual todos estavam expostos. Diante desse cenário era possível ao país membro gerir sua economia sem recorrer a desvalorização da sua moeda baseado nos critérios das taxas de câmbio. (Comissão Europeia, 2007).

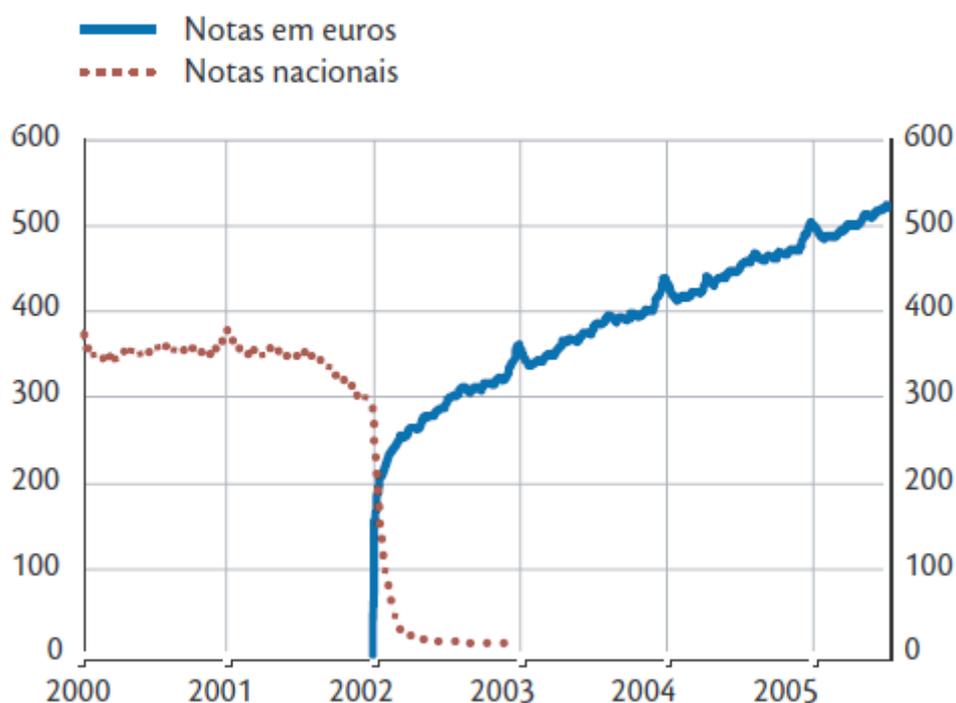
3.2 A INCLUSÃO DOS PAÍSES NA ZONA DO EURO

No dia 1 de Janeiro de 1999 foi introduzido o euro e o eurosistema, no qual o Banco Central Europeu ficaria responsável pela condução das políticas monetárias dos países membros. A transição programada era de 3 anos e logo em 2002 aconteceu a maior transição monetária da história que envolveria quase todos setores da economia. Os bancos centrais nacionais disponibilizaram cerca de 144 milhões de euros que serviria como substituição prévia, essa medida visava evitar o estrangulamento de abastecimento. Até 3 de janeiro de 2002 cerca de 96% das máquinas automáticas já distribuíam euro,

após uma semana da introdução da moeda mais da metade das transições monetárias eram feitas em euro. Abaixo segue o gráfico mostrando a transição de moeda local pelo euro. (Comissão Europeia, 2007).

Gráfico 1: Transição das Moedas Nacionais por Euro

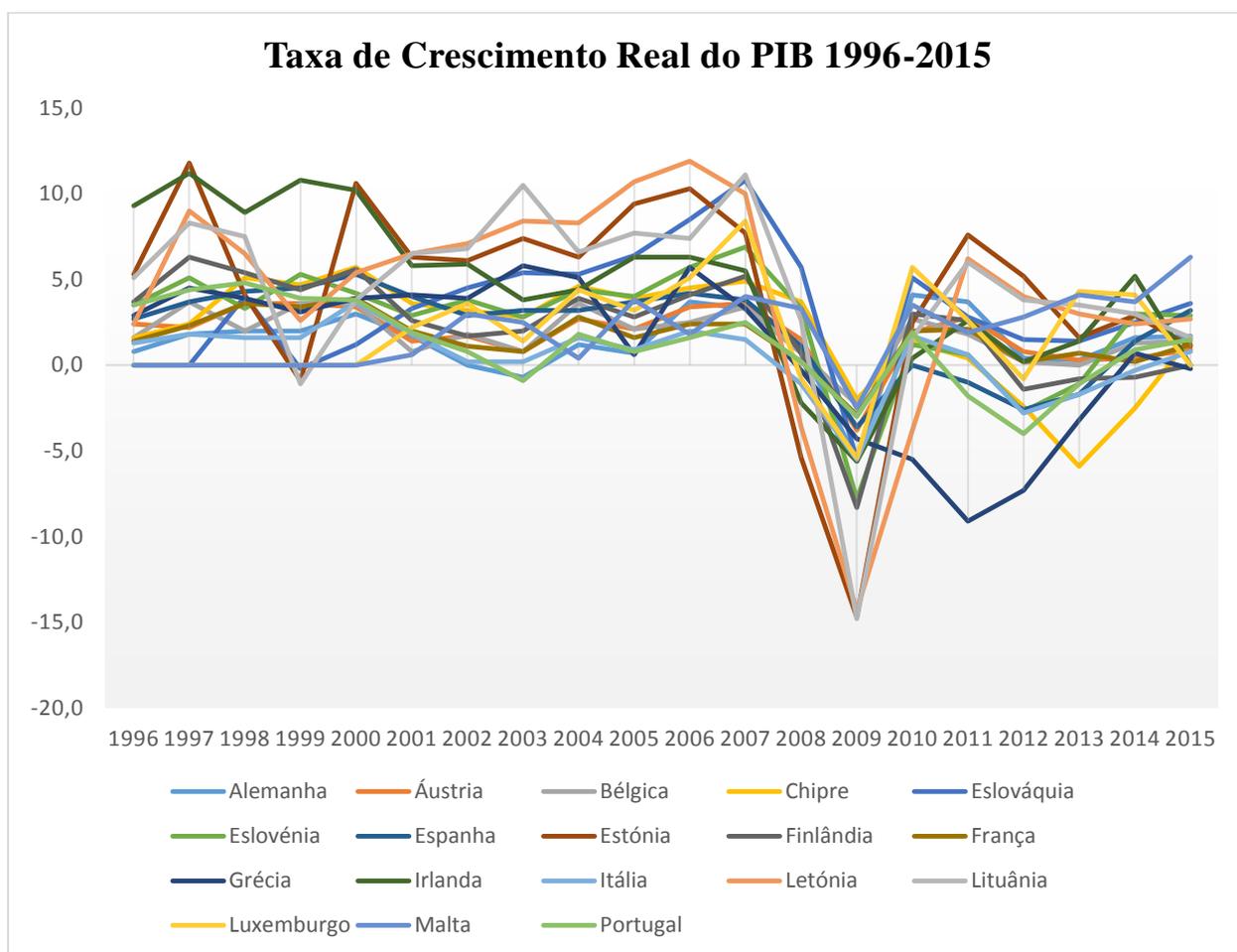
Valor total das notas em circulação entre 2000 e Junho de 2005 (mil milhões de euros)



Fonte: BCE.

Hoje a zona do euro é maior que na sua formação em 1999-2002, os países que aderiram até 2004 foram Alemanha, Bélgica, Irlanda, França, Luxemburgo, Áustria, Itália, Espanha, Portugal, Grécia e Finlândia. Após 2004 aderiram a Estônia, Letônia, Eslovênia, Eslováquia, Lituânia, Chipre e Malta. Para analisar os impactos apresentados nos países após a adesão ao euro três áreas serão analisadas, sendo estas o crescimento do PIB real, a evolução da taxa de desemprego e o crescimento do endividamento dos países. Esses dados podem mostrar como a dinâmica econômica de cada país se comportou diante da adesão de uma moeda única, e os impactos estruturais causados no decorrer dos anos. Abaixo segue o gráfico com o desempenho dos países que aderiram a zona do euro, os dados apresentados são o crescimento do PIB real entre 1996-2015.

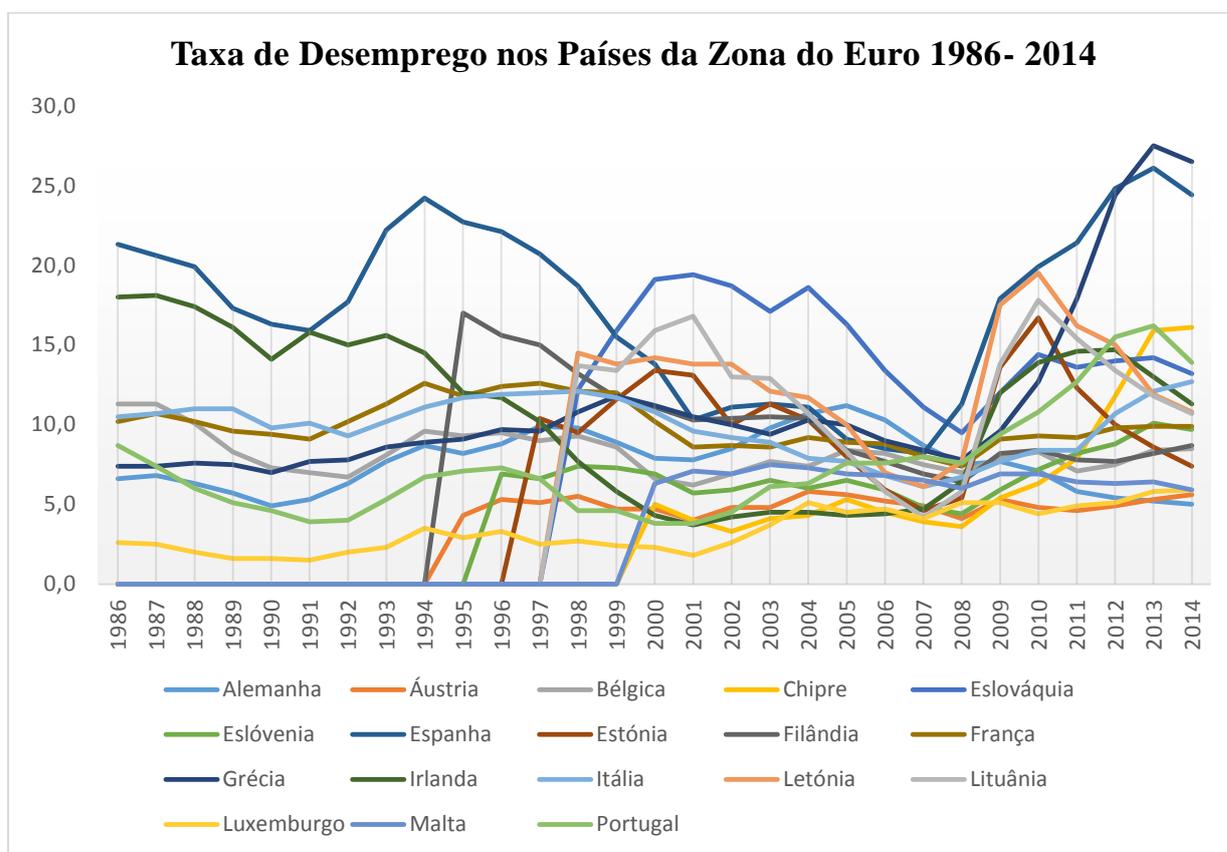
Gráfico 2: Taxa de Crescimento Real do PIB dos Países da Zona do Euro entre 1996-2015



Fonte: Eurostat | INE / PORDATA / elaboração própria.

Em termos de crescimento de PIB podemos observar que os países antes de entrar na zona do euro apresentavam boas taxas de crescimento real, após a adesão alguns conseguiram manter o ritmo de crescimento anterior como a Alemanha, França, Estónia, Áustria, etc. Outros países como Portugal, Irlanda, Chipre, Eslováquia, Eslovénia entre outros tiveram queda no seu produto agregado. Durante a crise de 2008 a zona do euro foi duramente afetada causando a ruptura no ciclo econômico dos países, se percebe que em 2009 a grande maioria dos países ficaram com o PIB negativo, apenas a partir de 2014 é que os países estão retomando ao mesmo nível de produto desde a criação da euro zona. O segundo fator a se analisar é a variação da taxa de desemprego nos países, sobre a influência de uma nova moeda. Segue abaixo a variação da taxa de desemprego nos países entre 1996-2015.

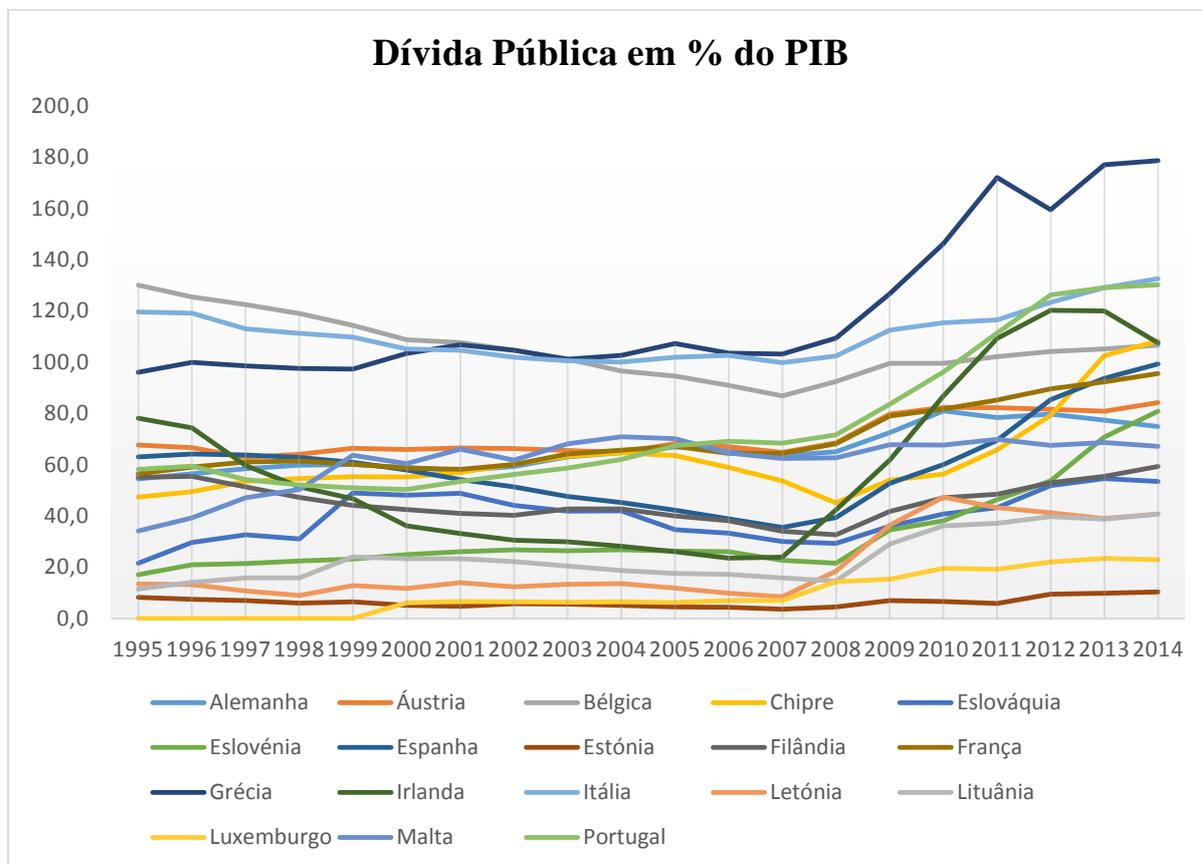
Gráfico 3: Taxa de Desemprego dos Países da Zona do Euro de 15 aos 74 anos



Fonte: Eurostat | INE / PORDATA / elaboração própria.

Como o gráfico mostra acima, alguns países que aderiram a zona do euro tiveram suas taxas de desemprego reduzidas como a Alemanha, Finlândia entre outros. Esse não é o mesmo caso para todos os países, alguns tiveram elevação da taxa de desemprego em seu país se comparado ao mesmo período de adesão, é o caso de Portugal, Grécia, Espanha entre outros, esses dois últimos detêm as maiores taxas de desemprego da zona do euro. Se percebe que até o ano de 2008 as variações na taxa de desemprego não sofrem alterações drásticas, depois da crise econômica todos os países tiveram aumento do desemprego em especial a Grécia e a Espanha devido à queda brusca da atividade econômica do país. O terceiro fator a se observar é a evolução do endividamento após a adesão ao euro, pois muitos países tiveram crescimento no PIB através da tomada de empréstimos criando um sistema de endividamento como por exemplo o caso da Espanha, da Grécia entre outros. O gráfico abaixo mostra a evolução da dívida da zona do euro.

Gráfico 4: Evolução da Dívida Pública dos Países da Zona do Euro em % do PIB entre 1995-2014



Fonte: Eurostat | INE / PORDATA / elaboração própria.

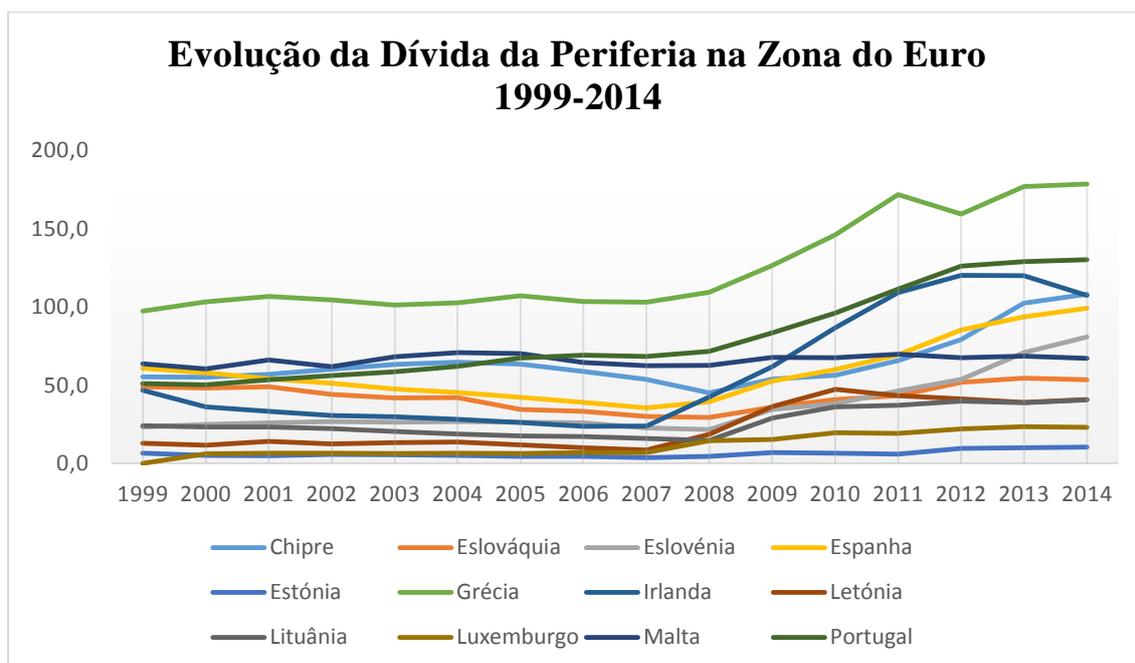
Alguns países já entraram na zona do euro com uma dívida pública alta, é o exemplo da Grécia, Itália e Bélgica que estavam com dívidas em percentagem do PIB em torno de 100%. Em outros casos como o da Irlanda sua dívida teve uma redução significativa até o ano de 2007. Após a crise de 2008 todos os países apresentaram um crescimento de sua dívida pública, no entanto os países mais afetados foram Portugal com uma dívida de 130% do seu PIB, Itália com 132% e a Grécia com 178% (dados provisórios).

3.2.1 Os Impactos Macroeconômicos: Periferia x Centro

No tópico anterior foi analisado o impacto da zona do euro nos países em geral, no entanto os efeitos foram mais adversos se comparados a zona periférica x centro. Segundo Éric Toussaint a adesão dos países a zona do euro em 2000 foi extremamente benéfica a países que ganhariam poder de compra ao aderir a nova moeda. A Zona do euro absorveu grande parte de países periféricos “em desenvolvimento” que depois de um tempo começaram a sentir as dificuldades de participar do bloco tendo em vista o peso e capacidade de suas economias. A união europeia não desenvolveu políticas para ajudar

os novos membros a reduzirem suas desvantagens econômicas em relação aos países desenvolvidos, a ausência dessas políticas contribuiu sobremaneira para criação de disparidades estruturais prejudiciais da integração desses países. A maioria dos países apresentam déficits na balança corrente que foram financiados em sua maioria pelos bancos do centro. O endividamento geral das periferias se dá pela incapacidade de competição com o centro, logo os setores privados se endividam junto aos bancos tornando seu endividamento cada vez maiores depois da adoção ao euro. Para ele as taxas de juros cobradas pelos empréstimos dos bancos centrais às periferias as tornam reféns do financiamento, tornando-se uma sangria clara de recursos da periferia ao centro. Abaixo podemos ver a evolução da taxa de endividamento dos países periféricos após a adesão ao euro:

Gráfico 5: Evolução da Dívida Pública dos Países Periféricos da Zona do Euro em % do PIB de 1999-2014



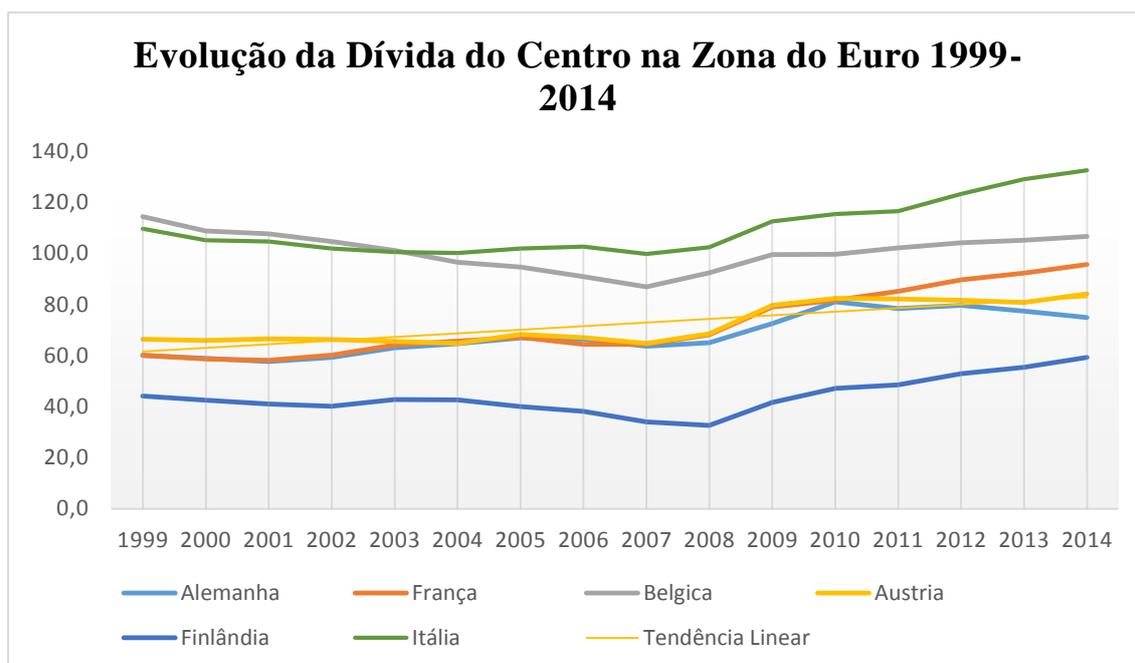
Fonte: PORDATA/ Eurostat /INE/ Elaboração própria.

Pode se observar que dos países tidos como periféricos na zona do euro o endividamento no decorrer dos anos foi crescente, há uma tendência linear para o crescimento da dívida embora alguns países não apresentaram aumento significativo da dívida. (TOUSSAINT, 2011).

Para os países desenvolvidos da zona do euro o aumento do endividamento é menor, isso porque sua capacidade de produção e competitividade no âmbito internacional é

muito maior em relação aos países em desenvolvimento. As estruturas produtivas desses países detêm a modernidade tecnológica necessária para redução dos custos de produção com uma melhor qualidade dos seus produtos. Abaixo o gráfico mostra a evolução do endividamento desses países:

Gráfico 6: Evolução da Dívida Pública dos Países Centrais da Zona do Euro em % do PIB de 1999-2014

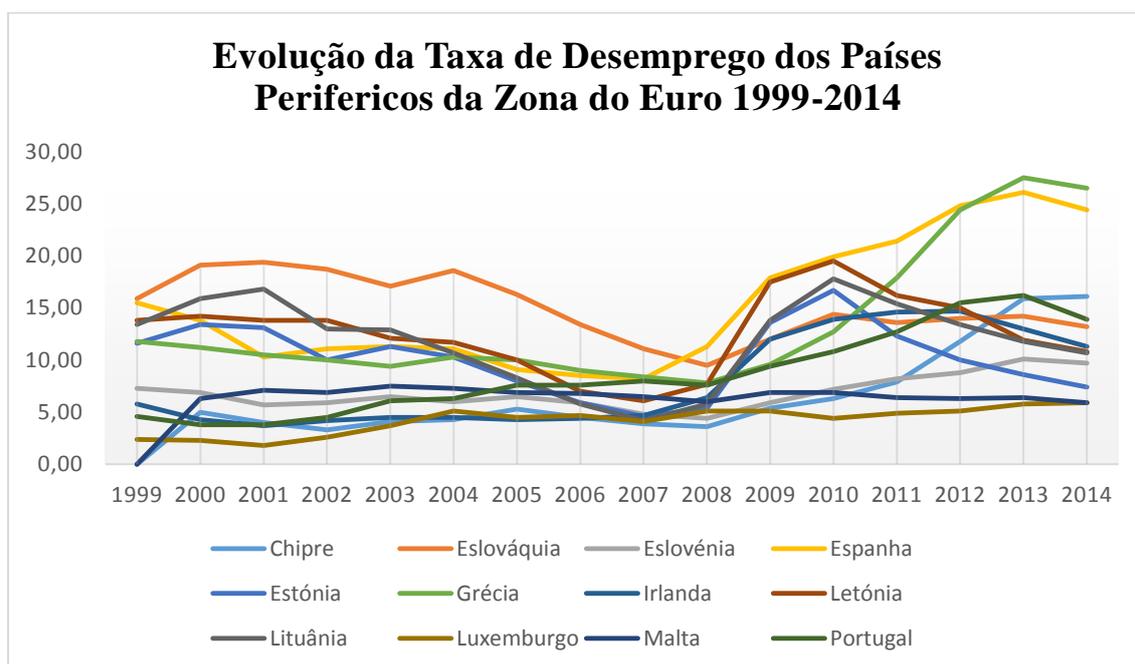


Fonte: PORDATA/ Eurostat / INE / Elaboração própria.

Embora a Bélgica e Finlândia não sejam representativamente países desenvolvidos da zona do euro foram inclusas devido sua estabilidade desde a adesão até o momento da análise dos dados. Como se percebe no gráfico embora tenha aumentado um pouco o endividamento desses países a tendência ao aumento é muito menor se comparada a dos países periféricos. A linha tendencial de crescimento da dívida é bem menos inclinada para esses países.

O desemprego também sofreu grandes impactos tanto na adesão ao euro como depois da crise de 2008. Na adesão os impactos foram positivos elevando o consumo agregado devido ao ganho no poder de compra. As taxas de desemprego da maioria dos países diminuiram devido ao novo círculo que a economia experimentava, no entanto, após a crise de 2008 os países tiveram grande recessão elevando suas taxas de desempregados para além dos níveis que se tinha antes da entrada na zona do euro. Abaixo o gráfico mostra a tendência da taxa de desemprego.

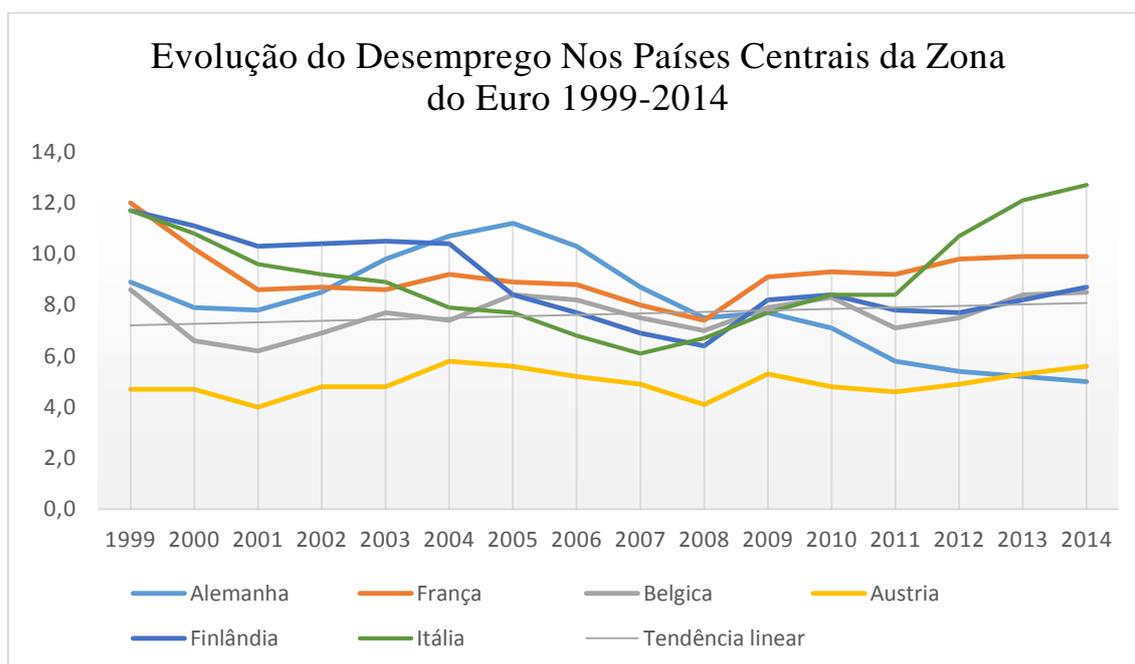
Gráfico 7: Evolução da Taxa de Desemprego Na Periferia da Zona do Euro 1999-2014



Fonte: PORDATA/ Eurostat /INE / Elaboração própria.

Os países que apresentam maiores índices de desemprego são a Grécia (26,5%), Espanha (24,4%) e Portugal com (13,9%). Nos países centrais da zona do euro as taxas de desemprego representam poucas alterações, mesmo depois da crise de 2008 a taxa se tornou estável mostrando a diferença entre os países centrais e os periféricos. Esses conseguem manter sua capacidade produtiva em tempos de crise por possuir os meios de produção mais baratos e de baixo custo, enquanto os periféricos entram em recessão e fechando as fabricas ineficientes, a importação dos bens que não é fabricado internamente se torna mais cara criando uma relação de dependência dos países centrais. Embora fatores como a desaceleração da China e a turbulência nos mercados financeiros tenham contribuído, os países centrais da zona do euro tiveram pequenos aumentos nas taxas de desemprego e foram menos afetados que os países periféricos como mostra o gráfico abaixo: (AFP, 2015)

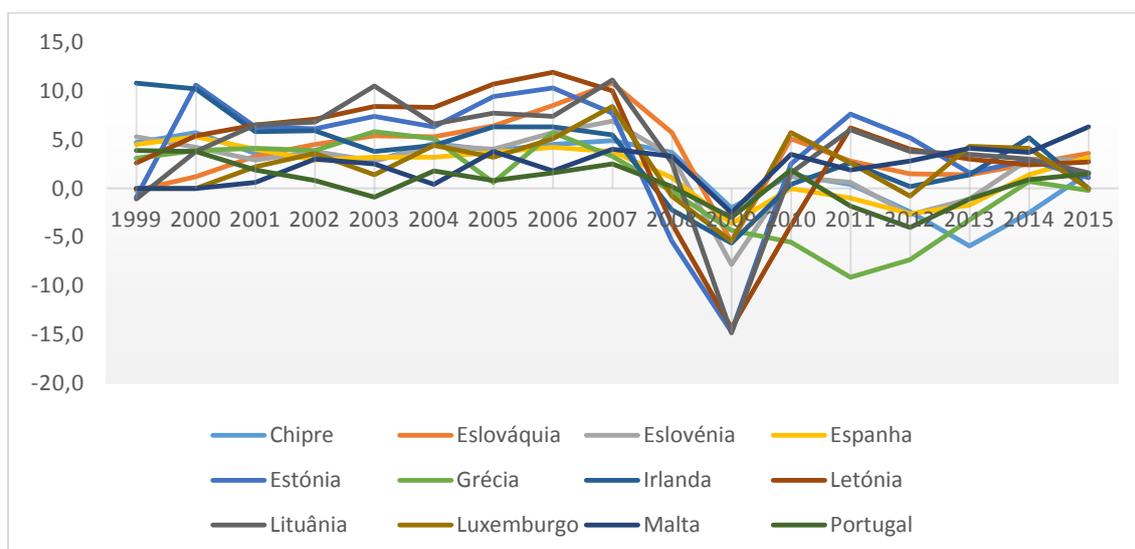
Gráfico 8: Evolução do Desemprego nos Países Centrais da Zona do Euro 1999-2014



Fonte: PORDATA/ Eurostat /INE / Serie de taxa de desemprego/ Elaboração própria.

Os países periféricos tiveram um tímido crescimento desde a criação do euro até a crise de 2008, o euro proporcionaria diversas vantagens as empresas, comércio, e investimentos para proporcionar o desenvolvimento econômico. Um dos principais pontos que se teve controle foi sobre a inflação que desde a criação da zona do euro sua taxa esteve em torno de 2%. Essa estabilidade dos preços permitiram um maior poder de compra para esses países e uma segurança maior de poupança. As despesas com câmbio tiveram fim permitindo compras no estrangeiro e fomentou a concorrência e a contenção dos preços no consumidor. A taxa de juros baixa motivou o aumento dos investimentos por parte das empresas, criando novos postos de trabalho e aumento da demanda interna, entrando em um círculo virtuoso de crescimento. (Comissão Europeia b, 2012) Abaixo o gráfico mostra a evolução de crescimento dos países periféricos desde a adesão ao euro até a crise de 2008 quando foi interrompida:

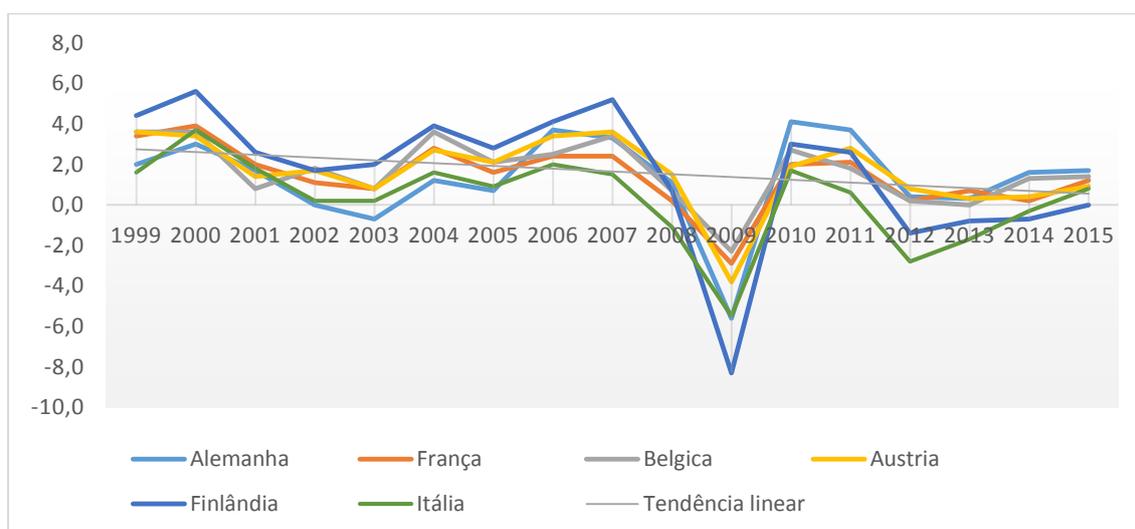
Gráfico 9: Evolução da Taxa de Crescimento do PIB Real da Periferia na Zona do Euro entre 1999-2015



Fonte: PORDATA/Eurostat/Elaboração própria.

Os países centrais da zona do euro principalmente França e Alemanha tiveram bons crescimentos contando muitas vezes como o maior peso do crescimento total da zona do euro. Áustria, Finlândia, e Bélgica não representa exatamente os países centrais do bloco, foram adicionados pelo equilíbrio apresentado nos setores estudados. Da mesma forma que os países periféricos, os países centrais tiveram crescimento considerável até a crise de 2008 que deixou os resultados negativos para todos os países. A partir de 2010 o crescimento foi retomado como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 10: Evolução da Taxa de Crescimento do PIB Real Nos Países Centrais da Zona do Euro entre 1999-2015



Fonte: PORDATA/eurostat/Elaboração própria.

3.3 A Inclusão Da Grécia Na Zona Do Euro

A Grécia no ano de 1829 era um país pequeno ainda de produção rural e submergido pela pobreza. Os esforços feitos pelo governo para industrializar o país foram ineficazes, desse modo em 1893 a crise da dívida grega foi a falência, a Grécia nunca conseguiu se modernizar devido a suas políticas. O sistema político grego não mudou e foi penalizado pelo golpe de estado sofrido em 1967, até que o desastre militar pelos Turcos em 1973 fez com que os militares fossem expulsos do poder, em decorrência desse fato o poder civil foi reestabelecido. A Grécia “cumpriu” seu papel em atender os requisitos do tratado de Maastricht dando espaço a sua adesão ao plano da moeda única.

Após o conselho analisar se a Grécia possuía os requisitos necessários para adoção da moeda única, em 1 de janeiro de 2001 a Grécia entrou como membro da zona do euro. O ministro de finanças grego Yannis Papandoniou descreveu o acontecido como “um dia histórico que vai colocar a Grécia firmemente no centro da Europa”, e o primeiro ministro Costas Simitis também se posicionou “todos sabemos que nossa inclusão na UME (União Monetária Europeia) nos garante maior estabilidade e nos abre novos horizontes”. [1] Os economistas e políticos da Grécia estiveram de acordo com os economistas europeus que defendiam uma única divisa como uma porta para entrada de benefícios. A comissão europeia publicou um relatório intitulado “Um Mercado, Uma Moeda” cerca de 10 anos antes do euro entrar em vigor, nesse relatório se discutia os benefícios que se tinha ao se ter uma divisa única, por outro lado ele mostrava alguns custos que se tinha ao optar por esse modelo. A Grécia no entanto, não levou em consideração o custo advindo dessa decisão, e acreditava que a sua entrada num mercado competitivo com uma única divisa seria o meio para integração econômica com produtividade mais alta e um estável crescimento econômico. (Polychroniou, 2011)

O projeto que visava a união econômica e monetária através de uma moeda única não estava livre de objeções, essas vieram de quatro economistas Alemães, Wilhelm Hankel, Karl Albrecht, Joachim Starbatty, e Wilhelm Nolling. Eles alegavam que essa união monetária vinculada com o euro seria um erro e que levariam as economias europeias a entrarem em colapso. Em entrevista o economista Joachim Starbatty falou: “Uma união monetária só pode sobreviver se a competitividade econômica de todos os estados membros se movimentar na mesma direção e se os diversos governos implementarem uma política fiscal saudável.” (“*The Euro Proved To Be a Mistake*”, entrevista de C.J

Polychroniou com Joachim Starbatty in the Sunday Eleftherotypia, Economy session, Dezembro, 2010).

Os críticos acreditavam que obter crescimento com criação de riqueza, reduzir o desemprego e ter ganhos de produtividade seria um problema nesse sistema econômico. Por um lado os críticos estavam corretos pois o euro causou uma desigualdade maior entre alguns países que não estavam prontos para entrar, o emprego poderia aumentar devido a maior importação de bens ao invés de aumento do consumo de produtos internos. Essa demanda causou grandes transferências da periferia para o centro. A Grécia por sua vez não estava pronta para aderir ao euro naquele momento, ela tinha várias fraquezas estruturais demonstrada pela baixa competitividade no mercado internacional, infraestrutura ineficaz, uma capacidade produtiva limitada, empresas do setor público que se mostravam financeiramente insustentáveis e uma administração pública ineficiente. Um outro indicador que a economia grega não estava apta para adesão ao euro, era sua balança de pagamentos que registrava um déficit de US\$ 19,7 Bilhões de dólares em 2000 segundo a OCE Grécia. Os economistas neoliberais que eram a favor, mantinham a esperança infundada de que a adesão a moeda única junto a facilidade ao crédito internacional com uma taxa de juros baixa, iria sustentar a estratégia de crescimento econômico com aumento de produtividade e ajustes estruturais necessários a economia grega. No entanto, com a atual crise que o país enfrenta é notado que as expectativas não foram alcançadas e que hoje o debate sobre a saída do país da zona do euro se torna cada vez mais forte devido a inconsistência econômica em que se encontra. (Polychroniou, 2011)

4. A CRISE NA GRECIA NO CONTEXTO DA CRISE EUROPEIA

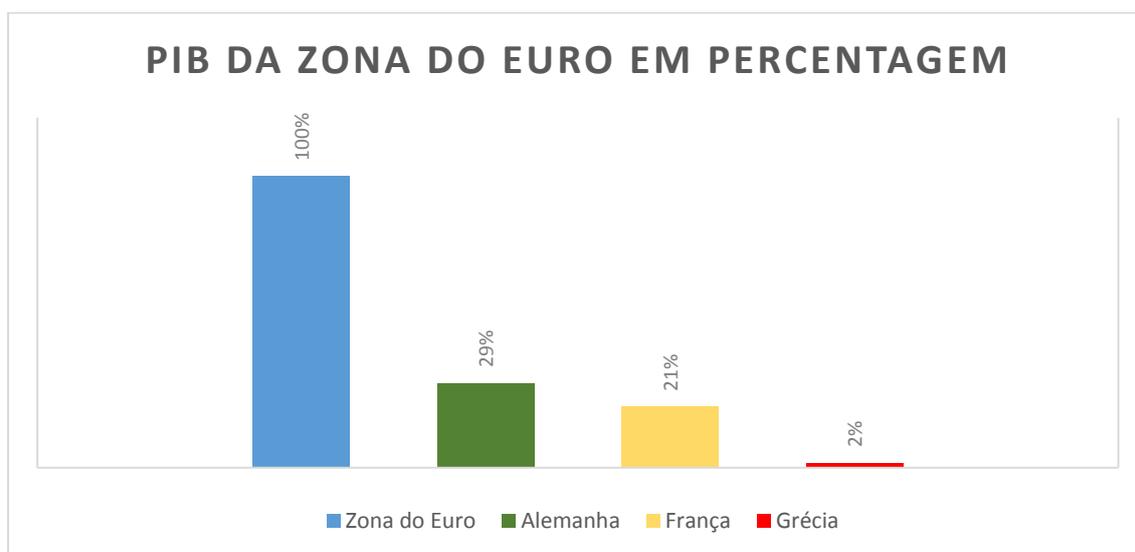
4.1 O Poder da Moeda e Seus Impactos Macroeconômicos

No sistema de Bretton Woods o lastro de uma moeda estava baseado em ouro, quanto mais ouro o país possuísse mais sua moeda se tornava forte. Quando foi quebrado o padrão ouro-dólar a base de lastro de uma moeda passou a estar no valor de patrimônio que um país possui, na capacidade de produção de bens e serviços, ou seja, quanto maior sua produção agregada mais forte tende a ser sua moeda. De acordo com dados do *trading economics* a Noruega em 2014 conseguiu produzir um PIB de U\$ 499,8 Bilhões de dólares podendo ser comparada ao estado de São Paulo que produziu em 2014 R\$ 1,58 Trilhões de reais de acordo com o IBGE, com a taxa de câmbio a U\$ 3,30 o valor da produção agregada ficam muito próximas (1,64 Trilhões). A grande diferença é que a Noruega consegue produzir esse montante com 5,17 milhões de habitantes (senso 2014), enquanto São Paulo com 44,4 milhões de habitantes (senso 2014), isso proporciona um *pib per capita* de U\$ 67,245 mil dólares para os Noruegueses enquanto em São Paulo esse valor é de R\$ 37 mil reais. Nessa ocasião a Noruega se torna bastante forte diante dos dados apresentados. (dados trading economics, IBGE e Seade).

Por outro lado, quando a taxa de câmbio de um país fica forte e demora um tempo significativo para retroceder a um ponto de equilíbrio, sua indústria interna sofre. Quando o real estava supervalorizado a importação de insumos para a produção se tornou elevada, o aço Chinês foi um exemplo sua importação se elevou devido ao menor custo que o oferecido pela empresa nacional Gerdau. Entre outros bens que é preferível importar ao invés de adquirir ao nacional, essa demanda pelo importado causa problemas a indústria nacional que tem sua produção reduzida devido a demanda está voltada para bens do exterior. O mesmo ocorreu com a Grécia ao adotar o euro como moeda, seu lastro não estava baseado no patrimônio ou na capacidade de produção de seu país e sim na dos que compõem a zona do euro. A zona do Euro produziu em 2015 de acordo com os dados do *pordata* um PIB bruto de £ 10,4 Trilhões de euros, onde a Alemanha e a França sozinhas representam 50% de todo esse valor. A Grécia por sua vez representa apenas 2% de todo o PIB da zona do euro, isso mostra o quanto a força da moeda utilizada por ela não representa lastro em sua economia. (VERSIGNASE, 2015)

O gráfico abaixo mostra o PIB total da zona do euro e o quanto esses três países contribuem para sua formação total.

Gráfico 11: PIB Bruto da Zona do Euro em 2015 Dividido Por Percentual Entre os Países



Fonte: Série Histórica do PIB da Zona do Euro, dados do PORDATA, Elaboração própria

4.2 Uma Análise Da Balança de Pagamentos

A balança de pagamentos contabiliza o comércio, o investimento ou as transferências feitas entre o país e o resto do mundo. A balança de pagamentos é composta por três balanças: 1. A balança corrente designa as trocas de bens e de serviços, rendimentos e transferências correntes como remessas de emigrantes; 2. A balança de capital designa as ajudas ao investimento como fundos europeus para infraestruturas, transferências de património como heranças ou perdões de dívida, e trocas de marcas, licenças, terrenos e outros recursos naturais; 3. A balança financeira designa os investimentos como a compra de uma empresa estrangeira ou a venda de dívida pública ao exterior. Para avaliar o desempenho anual de uma economia face ao exterior é habitualmente utilizado o saldo conjunto das balanças corrente e de capital, sendo positivo em caso de excedente e negativo em caso de défice. As estatísticas da balança de pagamentos traduzem as transações entre residentes e não residentes ocorridas durante um determinado período de tempo. Inclui a balança de bens e de serviços, de rendimento primário, de rendimento secundário, de capital e financeira. O princípio contabilístico das partidas dobradas usado na balança de pagamentos implica que a soma de todas as transações internacionais - correntes, de capital e financeiras - deve ser, em princípio, igual a zero. A balança financeira explica, assim, como se financia o saldo conjunto das balanças corrente e de capital. (Metainformação – FMI)

4.2.1 A Balança Comercial

Mesmo com uma parcela muito pequena de contribuição no produto agregado da zona do euro a Grécia foi beneficiada pela adesão a moeda única, o governo passou a receber seus impostos em euro o que geraria uma boa receita para amenizar a dívida que já vinha sendo acumulada a algum tempo. A taxa de juros de empréstimo ficou baixíssima estimulando o consumo daqueles que agora possuía uma moeda com poder de compra maior, o que ocorreu foi um crescimento demasiado por produtos estrangeiros já que suas indústrias internas não tinham como concorrer com produtos alemães de boa qualidade e agora um preço acessível. O ganho no poder de compra agora disponível estimulou o consumo como nunca, pois os preços dos produtos alemães de melhor qualidade eram equiparados aos nacionais que por sua vez perderam sua parcela de mercado. No ano de 1998 antes da adesão ao euro até sua entrada suas principais importações eram máquinas, transportes, produtos químicos, produtos têxteis e produtos minerais segundo dados da OEC (*the observatory of economic complexity*).

Gráfico 12: Principais Produtos Importados da Grécia em Bilhões de Dólares entre 1998-2014

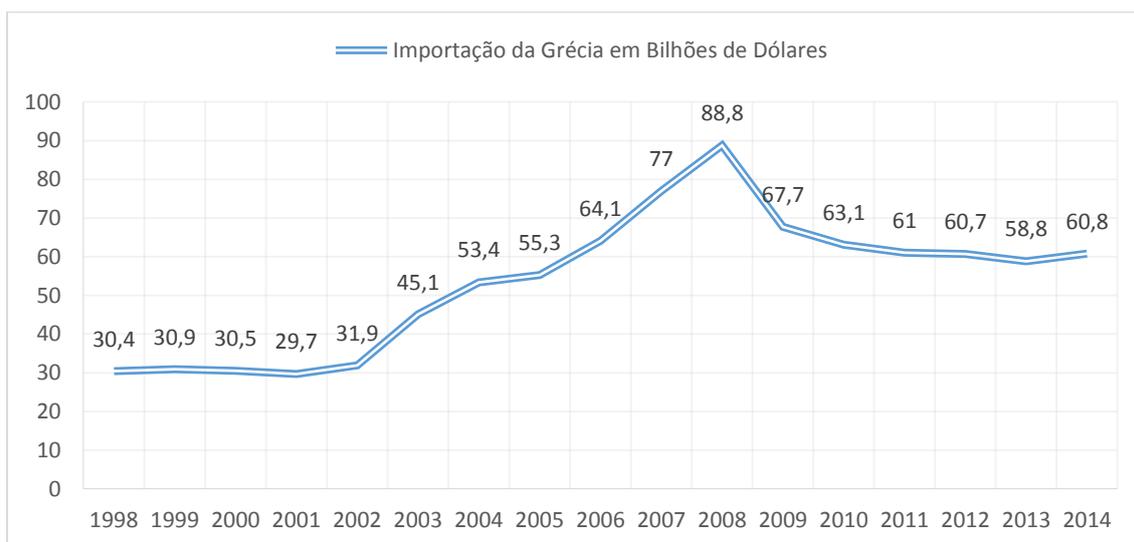


Fonte: OEC(*the observatory of economic complexity*), série histórica de produtos importados da Grécia entre 1998-2014, elaboração própria.

Depois de sua adesão a zona do euro a importação desses setores se tornaram muito maiores, no setor de transportes houve um aumento na demanda que em 1998 era de U\$ 5,32 Bilhões de dólares e dez anos depois em 2008 a importação chegara a U\$ 12,1

Bilhões de dólares mais que o dobro, e os bens que mais cresceram na demanda do setor foram os carros e navios de cruzeiro. As máquinas cresceram de U\$ 5,97 Bilhões em 1998 para U\$ 13,4 Bilhões em 2008. O setor de produtos minerais foi o que mais cresceu passando de U\$ 2 Bilhões aproximadamente em 1998 para U\$ 16,1 Bilhões em 2008, o setor foi principalmente carregado pelo aumento da importação do petróleo bruto que cresceu substancialmente, após a adesão ao euro a Grécia passou a importar muito mais petróleo bruto devido a sua capacidade em refinar e exportar seus derivados. A maior empresa de petróleo da Grécia é a ELPE que se fundiu com a Petrola em 2003, ela possui o monopólio no ramo petrolífero do país e é a responsável pela comercialização nos países balcânicos vizinhos. O gráfico abaixo mostra a evolução das importações da Grécia antes e depois de sua adesão ao euro:

Gráfico 13: Importação da Grécia em Bilhões de Dólares entre 1998-2014



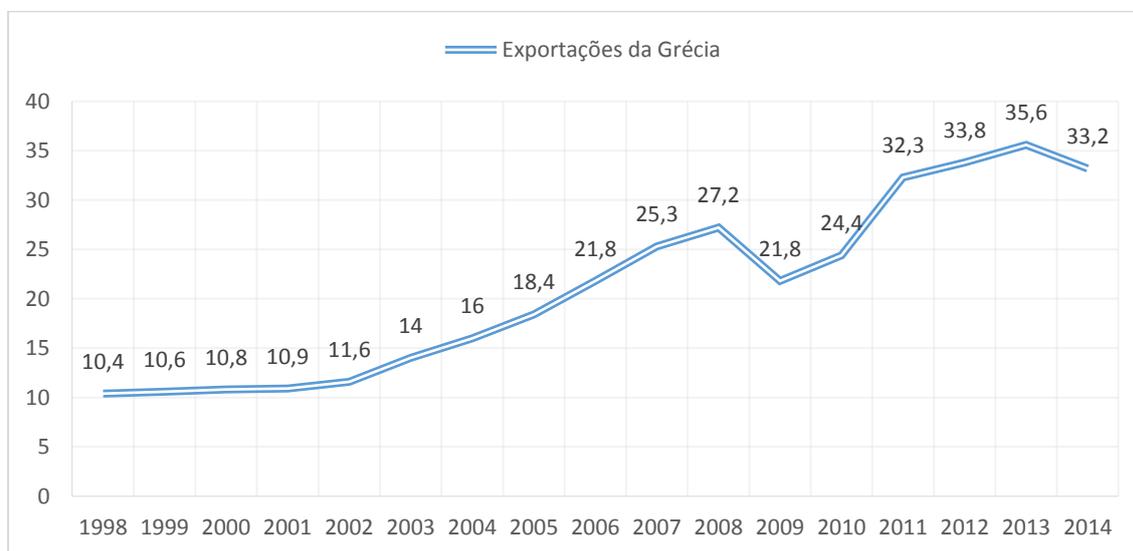
Fonte: OEC (the observatory of economic complexity) série histórica de importação, elaboração própria.

Como mostra o gráfico acima após a adesão ao euro em 2001, houve um crescimento constante das importações sendo interferido após a crise de 2008 que impactou diretamente nos índices econômicos do país. (VERSIGNASE, 2015)

As exportações da Grécia também sofreram alterações com sua adesão ao euro, consequentemente sua maior demanda por petróleo bruto permitiu uma maior produção de petrolíferos refinados aumentando suas exportações no decorrer dos anos. Os principais produtos de exportação da Grécia segundo o ITC (internacional trade center), são peixes, frutas, cítricos e outros produtos alimentícios, combustíveis e óleos minerais,

alumínio e outros metais, maquinas e equipamentos mecânicos, produtos farmacêuticos e plásticos. Abaixo segue a evolução das exportações antes e depois da adesão ao euro:

Gráfico 14: Exportações da Grécia em Bilhões de Dólares entre 1998-2014



Fonte: OEC (the observatory of economic complexity) série histórica de exportação, elaboração própria.

As importações e exportações da Grécia são distribuídas entre países diferentes, conforme os acordos de recuperação de economia grega seu principal fornecedor se torna a Alemanha da qual detêm sua maior parcela de importação. Os planos de resgates oferecidos pela Troika tinham como requisitos que a Grécia importasse a maior parte de matérias primas e bens da Alemanha que seria seu principal financiador. A tabela abaixo lista os principais produtos importados e exportados bem como os principais clientes e fornecedores segundo a ITC:

Tabela 3: Relação de Clientes, Fornecedores e Principais produtos Importados e Exportados da Grécia em 2015.

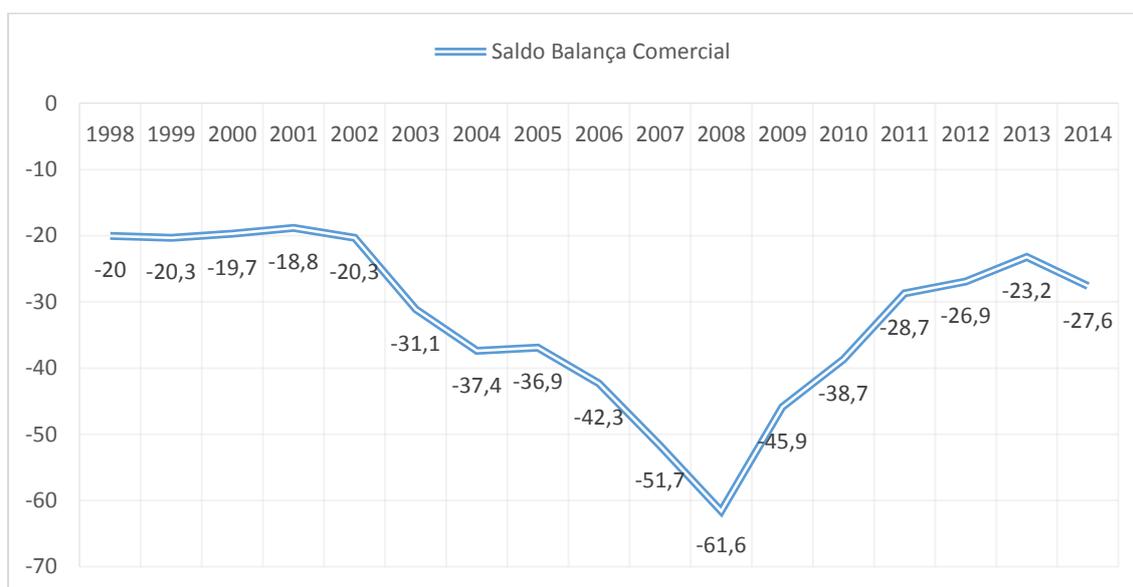
Principais Clientes - 2015			Principais Fornecedores - 2015		
	Posição	Quota %		Posição	Quota %
Itália	1ª	11,3	Alemanha	1ª	10,6
Alemanha	2ª	7,2	Rússia	2ª	8,1
Turquia	3ª	6,7	Itália	3ª	7,8
Chipre	4ª	5,6	Iraque	4ª	7,3
Bulgária	5ª	5,0	China	5ª	6,0

Principais Produtos Exportados - 2015		Principais Produtos Importados - 2015	
	% Total		% Total
Combustíveis e óleos minerais	29,9	Combustíveis e óleos minerais	26,9
Alumínio e suas obras	5,5	Máquinas e equipamentos mecânicos	6,7
Máquinas e equipamentos mecânicos	4,9	Produtos farmacêuticos	6,3
Produtos farmacêuticos	4,0	Máquinas e equipamentos elétricos	5,4
Plásticos e suas obras	3,9	Navios e embarcações	3,8

Fonte: ITC - International Trade Centre

Embora as exportações tenham crescido depois da adesão ao euro a Grécia importou muito mais que exportou, tornando sua balança comercial ainda mais deficitária. O gráfico abaixo apresenta a evolução do saldo da balança comercial:

Gráfico 15: Saldo da Balança Comercial da Grécia em Bilhões de Dólares entre 1998-2014



Fonte: OCE(the observatory of economic complexity), elaboração própria.

Como Raul Prebisch fala é importante que o país mantenha equilíbrio na balança de pagamentos e procure substituir as importações, essas são condições necessárias para o desenvolvimento. A Grécia sempre manteve uma balança deficitária e não conseguiu substituir as importações de produtos de ponta deixando-a dependente de outros países.

4.2.1 Balança de Serviços e Rendas da Grécia (BSR)

A conta corrente apresenta os resultados computados na balança de pagamentos. Ela reúne a balança comercial (exportações e importações) e a balança de serviços (transportes, fretes, seguros, remessa e recebimento de juros e lucros, royalties, patentes, rendas e transações unilaterais). Só não contabiliza o investimento direto e os créditos financeiros. O saldo da conta é visto de várias formas, ela indica se os habitantes de um país estão concedendo ou tomando empréstimos do resto do mundo. O déficit menos o investimento estrangeiro direto líquido mostra a necessidade de financiamento externo. Os modelos pós-keynesianos e estruturalista consideram o esse déficit como uma das principais restrições ao crescimento econômico. A balança de serviços mostra se o país exporta mais serviços do que importa (saldo positivo ou excedente) ou se importa mais

serviços do que exporta (saldo negativo ou déficit) ao resto do mundo. É contabilizado o turismo, os fretes, seguros, etc. No caso da Grécia ela sempre foi positiva, o que mais pesa é o turismo que representa entre 10% e 15% do PIB respectivamente.

Na balança de rendimentos primários mostra a relação do país com o exterior, este saldo mostra se há mais rendimento primário a entrar no país (saldo positivo ou excedente) ou se há mais rendimento primário a sair do país para o resto do mundo (saldo negativo ou déficit). O rendimento primário designa os rendimentos obtidos por quem participa diretamente na produção como as remunerações dos trabalhadores, alugueis, lucros, dividendos ou juros. Também engloba subsídios e impostos sobre os produtos e a produção ou rendas. Entre os rendimentos recebidos do exterior, incluem-se os dividendos de quem investe em ações de empresas estrangeiras. Entre os rendimentos pagos ao exterior, incluem-se os juros que o Estado paga a não residentes que investem em títulos de dívida pública, por isso esse saldo é negativo para a balança grega.

A Balança de Rendimentos secundários inclui transferências correntes das administrações públicas, por exemplo, pagamentos de impostos correntes sobre o rendimento e o património, contribuições e prestações sociais, transferências relativas à cooperação internacional e sociedades não financeiras, agregados familiares ou organizações sem fins lucrativos. Este saldo é na maioria dos anos negativos pelo fato da Grécia ter sido muito generosa durante muito tempo sobre as pensões e transferências sociais. Abaixo está a balança corrente da Grécia entre 2004-2015. (metainformação – FMI).

Tabela 4: Balança Corrente da Grécia entre 2004-2015

Anos	Balança corrente				
	Total	Bens	Serviços	Rendimento primário	Rendimento secundário
2004	-14.981,9	-28.227,6	13.994,1	-1.649,7	901,3
2005	-17.687,3	-29.379,1	14.267,5	-2.652,7	77,0
2006	-25.262,7	-35.443,4	13.990,1	-4.233,5	424,0
2007	-35.434,3	-42.879,5	15.139,9	-6.588,7	-1.106,0
2008	-36.600,0	-44.395,0	15.680,0	-7.543,0	-344,0
2009	-29.375,0	-33.187,0	11.505,0	-6.742,0	-953,0
2010	-25.846,0	-30.494,0	12.122,0	-5.712,0	-1.764,0
2011	-20.715,0	-26.288,0	13.609,0	-6.525,0	-1.508,0
2012	-7.328,0	-21.034,0	13.840,0	820,0	-953,0

2013	-3.687,0	-20.780,0	15.751,0	-458,0	1.799,0
2014	-3.771,0	-22.282,0	18.271,0	575,0	-334,0
2015	-97,0	-17.248,0	16.933,0	739,0	-520,0

Fonte: PORDATA/ eurostat/ BCE.

4.2.3 Conta Financeira e de Capitais

A balança financeira designa os montantes que o país investe ou capta no estrangeiro, como são os casos do investimento direto em empresas, do investimento de carteira em ações, obrigações e títulos de dívida ou dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional. Na relação do país com o exterior, o saldo da balança financeira mostra se o país está a mobilizar mais financiamento vindo do estrangeiro (saldo negativo) ou se está a investir mais no exterior (saldo positivo). No caso da Grécia isso mostra que sua balança é negativa devido aos investimentos diretos das empresas que vem do exterior como o principal fator do financiamento internacional. O saldo do investimento direto mostra se o país está a captar mais investimento vindo do estrangeiro (saldo negativo) ou se o país está a investir mais no exterior (saldo positivo). Também inclui investimento em imóveis. O saldo do investimento de carteira mostra se o país está a captar mais investimento vindo do estrangeiro (saldo negativo) ou se o país está a investir mais no exterior (saldo positivo). Após a crise financeira a Grécia teve altos investimentos do exterior nos ativos pela grande quantidade de privatizações estatais. Os derivados financeiros são produtos de investimento cujo rendimento depende ou deriva da evolução de um ou mais indicadores previamente acordados. O rendimento é incerto e fica condicionado ao valor desses indicadores no futuro. Exemplos desses indicadores são o preço de matérias-primas, a cotação de ações e as taxas de juro ou de câmbio. Existem diversos tipos de derivados financeiros, como opções, warrants, swaps ou forwards. As opções sobre ações concedidas aos empregados designam as ações que a empresa disponibiliza aos seus trabalhadores como forma de incentivo ou de recompensa pelo trabalho desempenhado.

O outro investimento é uma categoria residual, que não é registada noutras rubricas da balança financeira (investimento direto, investimento de carteira, derivados financeiros ou ativos de reserva) e em princípio abrange quatro tipos de instrumentos - moeda e depósitos (regra geral, a rubrica mais importante), créditos comerciais/adiantamentos, empréstimos concedidos e outros ativos e passivos. Os ativos de reserva incluem as divisas e o ouro na posse do banco central. (Metainformação - FMI)

Tabela 5: Balança Financeira da Grécia entre 2004-2015

Anos	Saldo da balança financeira					
	Total	Investimento direto	Investimento de carteira	Derivados financeiros e opções sobre ações concedidas a empregados	Outro investimento	Ativos de reserva
2004	-7.911	-864	-14.075	347	9.291	x
2005	-12.541	679	-7.279	-43	-5.848	x
2006	-20.134	-1.044	-7.390	-725	-11.199	x
2007	-27.563	2.290	-17.935	493	-12.734	x
2008	-30.825	-1.421	-16.891	466	-13.009	x
2009	-25.940	-273	-23.465	802	-3.842	x
2010	-22.012	927	21.243	-389	-43.695	x
2011	-18.012	453	19.069	709	-38.226	x
2012	-3.678	-827	99.073	831	-102.769	x
2013	2.562	-2.712	5.941	643	-1.413	x
2014	635	-578	6.606	373	-6.221	x
2015	3.088	602	8.019	331	-6.161	x

Fonte: PORDATA/ eurostat/ BCE.

A balança de capital designa as ajudas ao investimento como os fundos europeus para infraestruturas; transferências de património como heranças ou perdão de dívidas; e trocas de marcas, licenças, terrenos e outros recursos naturais. Na relação do país com o exterior, o saldo da balança de capital mostra se o país recebe mais do que paga (saldo positivo ou excedente) ou se paga mais do que recebe (saldo negativo ou défice) ao resto do mundo. As transferências de capital são transferências de poupança ou de património de vários tipos: 1. Impostos de capital, tais como impostos sobre as sucessões e as doações; 2. Ajudas ao investimento, tais como apoios públicos e europeus em dinheiro e em espécie; 3. Outras transferências de capital, tais como indenizações por atos de guerra ou calamidades naturais, perdões de dívida a países estrangeiros e transferências para cobrir despesas imprevistas ou défices acumulados nas administrações públicas. Os ativos não financeiros não produzidos incluem recursos naturais como terrenos e reservas minerais e energéticas, direitos como marcas e outros tipos de licenças e de contratos que não resultam de processos produtivos. Abaixo segue a tabela da Balança de capitais da Grécia entre 2004-2015. (metainformação – FMI)

Tabela 6: Balança de Capitais da Grécia entre 2004-2015

Ano s	Saldo da balanç a de capital	Recebimentos		Pagamentos	
	GR - Grécia	Transferência s de capital	Aquisição/alienaçã o de ativos não produzidos, não financeiros	Transferência s de capital	Aquisição/alienaçã o de ativos não produzidos, não financeiros
2004	2.386	x	x	x	x
2005	2.049	x	x	x	x
2006	3.041	x	x	x	x
2007	4.332	x	x	x	x
2008	4.092	4.411	227	502	46
2009	2.016	2.223	107	290	21
2010	2.073	2.310	46	251	34
2011	2.671	2.868	65	206	56
2012	2.328	2.548	16	170	67
2013	3.041	3.362	18	152	188
2014	2.510	2.848	18	150	205
2015	1.988	2.359	11	100	280

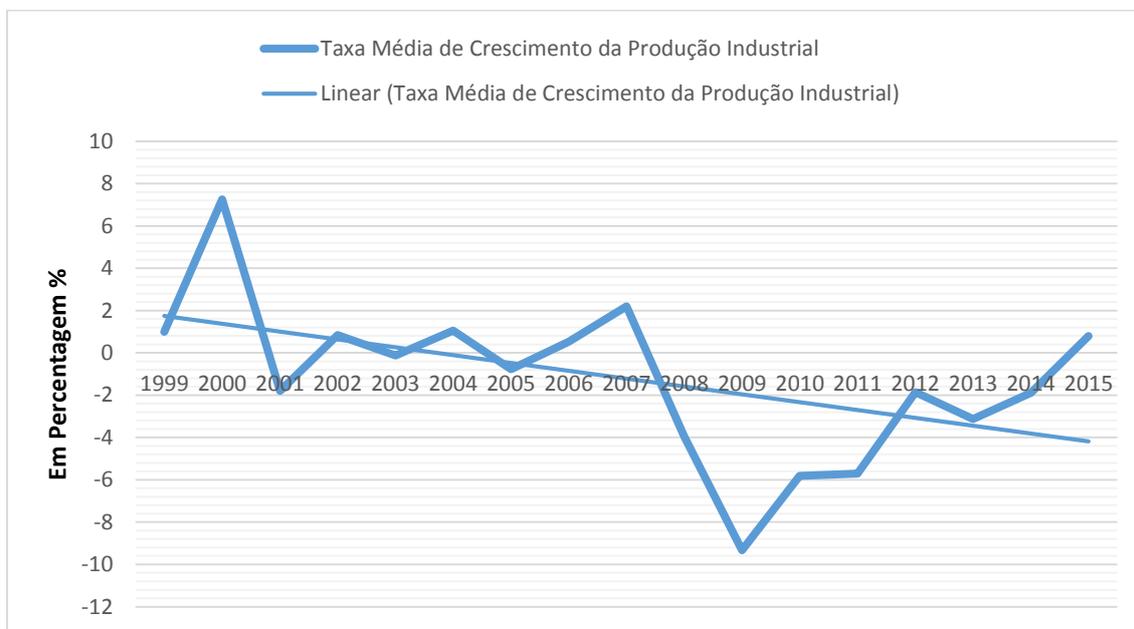
Fonte: PORDATA/ eurostat/ BCE.

4.3 O Desenvolvimento da Indústria Após o Euro

Quando se tem uma taxa de câmbio forte demais a indústria interna pode começar a ter problemas, e foi o que aconteceu com a Grécia. Nos primeiros anos depois da adesão ao euro o consumo de produtos importados se tornou muito alto e a indústria interna não sofreu grandes alterações em sua estrutura produtiva, desse modo não teria como competir com a indústria externa. A indústria acabou encolhendo e dispensando funcionários que agora desempregados diminuiriam seu consumo criando um círculo vicioso. A Grécia aumentou sua importação de máquinas como observado nos gráficos anteriores, no entanto, sua produção industrial cresceu muito pouco se comparado ao aumento da demanda depois da adesão ao euro. Como Celso Furtado aborda em sua teoria um dos motivos dos países ficarem num estado de subdesenvolvimento é a falha na absorção das novas tecnologias, a Grécia importou cada vez mais máquinas e equipamentos com a adesão ao euro, porém não conseguiu absorver as tecnologias do setor de ponta ficando dependente da importação desses produtos dos países desenvolvidos. O poder de compra ganho com a adesão ao euro deveria impulsionar a indústria interna para que o país pudesse concorrer com os produtos do exterior, acabou que a indústria não teve o investimento necessário e acabou definhando com baixas taxas de crescimento e com o

impacto da crise em 2008 as taxas ficaram as mais negativas na série histórica analisada. O gráfico abaixo mostra a evolução da taxa de crescimento da indústria e sua tendência no decorrer dos anos:

Gráfico 16: Taxa Média de Crescimento da Produção Industrial da Grécia entre 1999-2015



Fonte: Trading Economics, Série histórica de crescimento da produção industrial da Grécia, elaboração própria.

Com o PIB caindo a arrecadação do governo também cai, e isso torna-se um problema para o governo quitar suas dívidas. Então os gregos começaram a tomar empréstimos para equilibrar suas contas, recorrer cada vez mais ao crédito deixa os bancos em uma situação exposta e a possibilidade de calote se torna mais eminente e pode colocar o sistema financeiro europeu em risco. Para evitar um colapso o Banco Central Europeu “imprimiu” cerca de 1,1 trilhão de euros para emprestar aos bancos. O problema é que quando se aumenta sua produção de dinheiro num ritmo maior que sua capacidade de produção de bens sua moeda enfraquece. Como os produtos ficam mais baratos para fora da zona do euro quando a moeda deprecia, os países importam os produtos gregos a um preço menor e as importações se tornam mais caras. Os prejuízos para Grécia se tornaram bastante visível por conter déficits cada vez maiores e aumento de sua dívida.

4.4 A Crise na Grécia e a Teoria Neoliberal

A crise de 2007-2008 pegou muitos economistas de surpresa, os modelos estatísticos e matemáticos não puderam prever tal crise que por um tempo pareceu surreal diante da confiança do mercado. A maior parte dos economistas se apegaram aos modernos

modelos de engenharia financeira que pareciam demonstrar uma nova face do capitalismo, um sistema socioeconômico estável e sem crises. Para os economistas da nova era do livre mercado significa simetria e perfeição, proporcionando uma ordem econômica livre de fragilidades contratuais e sem desestabilização nos ciclos dos negócios em relação ao incerto capitalismo passado. Segundo Tavares a base construída em modelos deterministas carregados com suposições normativas ahistóricas e associadas não permitiram nenhum espaço para questionamento dos modernos modelos de engenharia financeira, desse modo não houve como prever a crise que causou um desastre financeiro. Para Tavares, substituir a economia política pela economia matemática sem espaço para questionamento ignorando a história e a teoria social é o motivo do desacerto na previsão de crises, mesmo com a história se repetindo incontáveis vezes. Está em suas palavras: “Este é o preço pago por substituir economia política por teoria econômica matemática e análises econométricas estreitas, ignorando a história e a teoria social, e por zombar da percepção filosófica da natureza humana”. (TAVARES, 2013 p2)

Muitos economistas alertaram que a economia não poderia ser uma ciência exata como a física dependente apenas de modelos matemáticos, temos Karl Marx com o capital, Marshall com a advertência de não transformar análise econômica em apenas modelos matemáticos formais, Keynes com a teoria do ciclo dos negócios ou a hipótese de instabilidade financeira de Minsky, todas essas teorias abordam as possíveis fases que em algum momento da história o capitalismo vai adotar. O que impede do capitalismo contemporâneo entrar em colapso, se é o peso de suas próprias contradições que o leva a crise? (TAVARES, 2013). Para Polychroniou a crise da zona do euro e não só da Grécia é uma crise dependente do capitalismo neoliberal global e do que significa o livre mercado: insegurança econômica, risco crescente, aumento de desigualdade e bem estar social, maior liberdade do capital e menos democracia política. Para ele nesse universo neoliberal a política cedeu o poder a elite tida como uma força capitalista predatória que não deu chances as pequenas economias, e que os políticos estão de mãos atadas diante dessa situação: “No universo neoliberal, em que a política cedeu o poder a uma elite oligárquica, as economias nacionais estão a mercê das forças capitalistas predatórias e, assim sendo, os políticos pouco podem fazer para influenciar os resultados.” (POLYCHRONIOU, 2011 p2). Na sua essência o neoliberalismo está ligado aos interesses econômicos de grandes e ricas corporações, e a necessidade de ser dominante

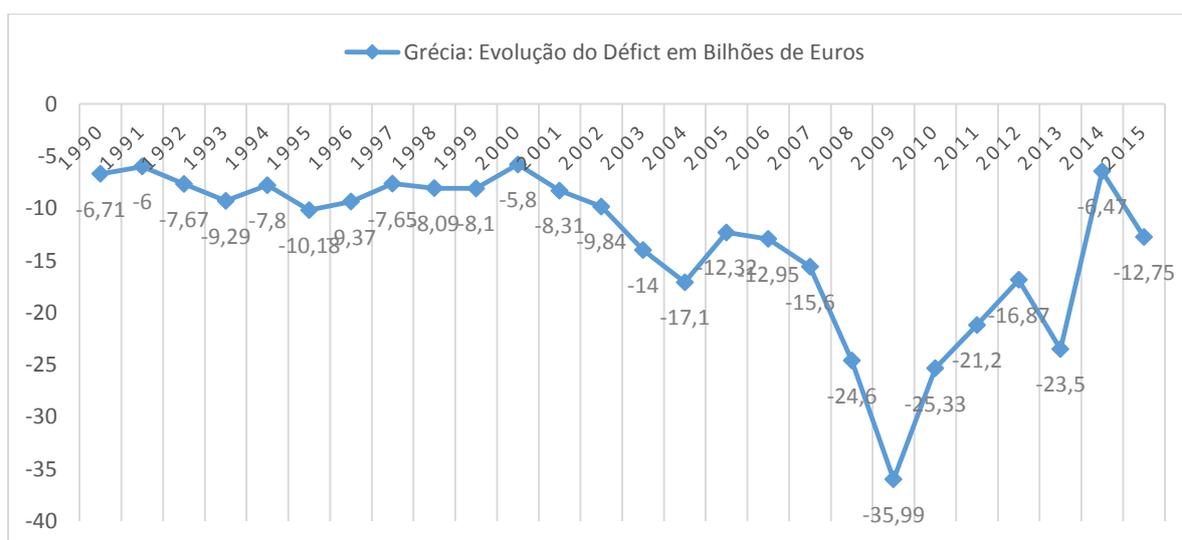
que predomina no capitalismo contemporâneo, o dogma liberal tornou-se um pesadelo assustador. (POLYCHORINOU, 2011)

5. AS POLITICAS GOVERNAMENTAIS DE RESGATE DA ECONOMIA GREGA

5.1 O Endividamento da Grécia e os Planos de Resgate

Antes da Grécia entrar na zona do euro o problema de endividamento já se fazia presente em sua economia no ano de sua entrada para zona do euro sua dívida já estava em torno de 106% de seu PIB, o tratado de Maastricht e suas proposições visava a proteção orçamental dos países membros do bloco, para o país se tornar membro deveria organizar suas contas públicas para evitar futuros problemas que viesse atingir os outros países membros do bloco. O Déficit aceito a princípio não deveria ultrapassar 3% do PIB, se o fato ocorresse deveria apresentar uma situação temporária. A dívida pública não deveria ultrapassar em 60%, caso contrário o país deveria mostrar que estava convergindo para a meta de forma satisfatória, a Grécia em nenhum momento demonstrou em seus dados que havia feito uma evolução satisfatória ou pelo menos se tivesse logrado êxito deveria demorar mais algum tempo até seus indicadores estarem compatíveis com as exigências do tratado. Embora houvesse outras restrições e a Grécia cumprisse os requisitos básicos o endividamento já mostrava ser um possível problema futuro pelos constantes déficits apresentados em suas contas públicas em todos os anos, mesmo com seus dados inapropriados a Grécia aderiu ao euro, em todos os anos da série histórica disponível a Grécia teve déficits como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 17: Evolução do Déficit na Grécia em Bilhões de Euros 1990-2015

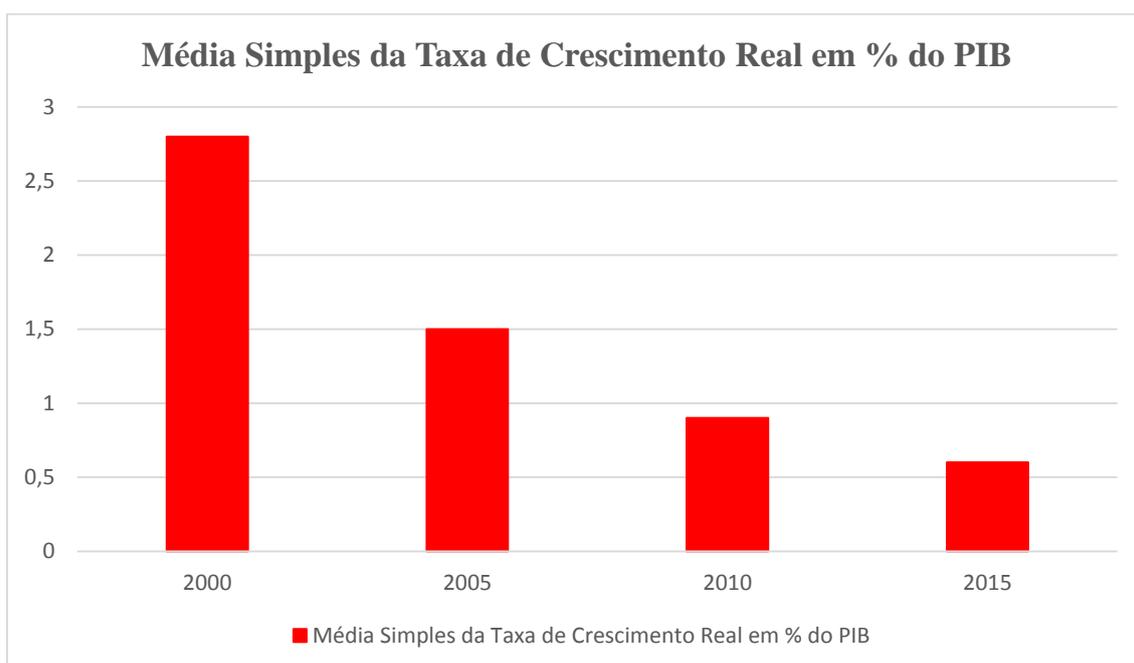


Fonte: DatosMacro/Serie histórica do déficit da Grécia/Elaboração Própria.

Mesmo após a adesão da Grécia ao euro seu déficit foi continuamente elevado durante os anos tendo seu ápice em 2009 quando sofreu os impactos da crise dos EUA.

Os objetivos desses critérios exigidos pela UE era garantir a estabilidade orçamentaria da zona do euro, os estados membros deveriam vigiar suas contas públicas para evitar desequilíbrios que viessem a prejudicar ou outros membros. Apesar de seus esforços a Grécia apresentava dados preocupantes intencionando possíveis problemas futuros para a área do euro, os dados repassados pela Grécia para sua adesão ao euro foram “maquiados” segundo a Eurostat. Ainda restava a dúvida que após a adesão a zona do euro os países poderiam “relaxar” em suas políticas de orçamento e que o déficit público seria aumentado no médio e longo prazo, foi o caso da Grécia que aumentou significativamente seus déficits e continuou recorrendo a “truques” em sua contabilidade. A conjuntura econômica negativa realmente foi sentida em 2009 com os impactos da crise econômica mundial, mesmo assim já havia uma tendência a queda de crescimento da taxa real do PIB antes da crise como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 18: Taxa de Crescimento Real Média em % do PIB da Zona do Euro entre 2000-2015

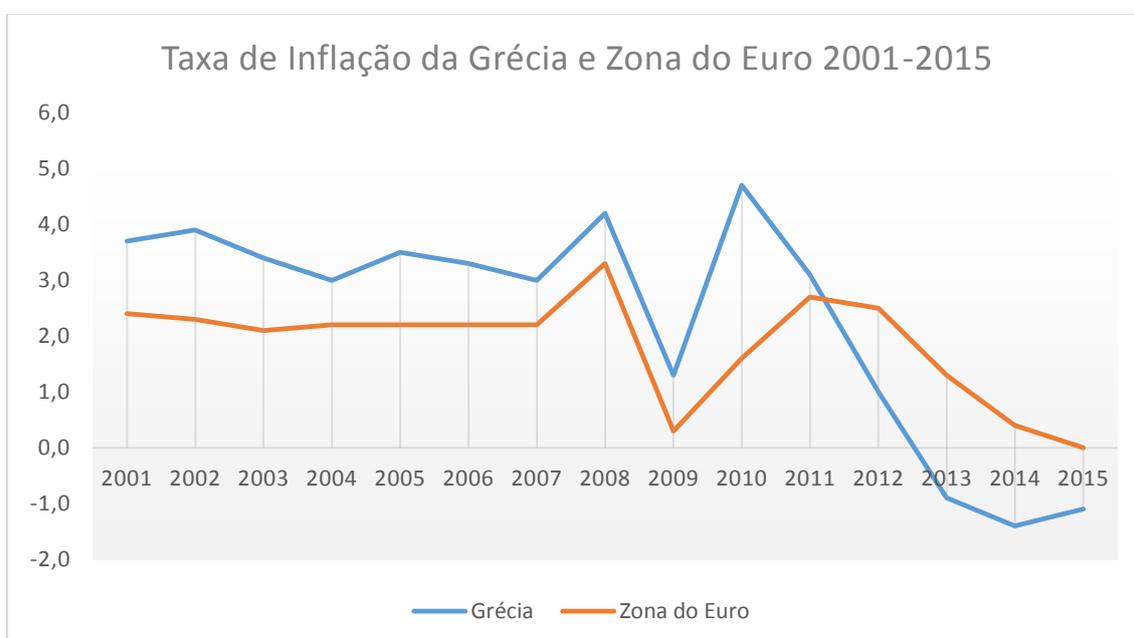


Fonte: Pordata/Eurostat/INE/Elaboração Própria.

A demanda por financiamento cresceu excessivamente pelo governo como pelas empresas e famílias, os recursos adquiridos não foram investimentos produtivos sendo estes destinados a consumo público e privado. Desse modo não houve mudanças na estrutura econômica que permitisse a Grécia se tornar cada vez mais autônoma.

Quando a crise de *subprime* em 2007 veio a tona muitos países membros da zona do euro já vinham com problemas orçamentários que aumentaram em suas proporções. Os bancos europeus ficaram vulneráveis por possuir altos investimentos em ativos de alto risco no mercado hipotecário que estavam associados a bolhas imobiliárias. Quando os preços hipotecários caíram drasticamente os ativos desses bancos foram corrompidos havendo uma perda em massa e colocando os bancos em uma situação difícil. Em 2009 o primeiro ministro grego George Papandreou fez seu anúncio sobre as expectativas de déficit orçamentário de 12,7% do PIB, e uma dívida de 113% do PIB. O anúncio do primeiro ministro não apenas deixou a desconfiança sobre os dados estatísticos apresentados pelo país como a capacidade do governo de manter as contas públicas em ordem. Os sucessivos déficits orçamentais, a falta de competitividade grega e o aumento de sua dívida criou um círculo de desconfiança sobre a sustentabilidade do país, caso que também ocorreu com Portugal e Espanha. Um dos problemas da Grécia após a adesão ao euro foi permitir uma elevação nos preços maior que a média da zona, deixando a Grécia menos competitiva. Essa elevação nos preços se deu pelo aumento da demanda interna e acesso ao crédito agora com baixa taxa de juros, o gráfico abaixo mostra o comparativo:

Gráfico 19: Taxa de Inflação da Grécia e da Média da AE 18, 2001-2015
Taxa de Variação em (%)

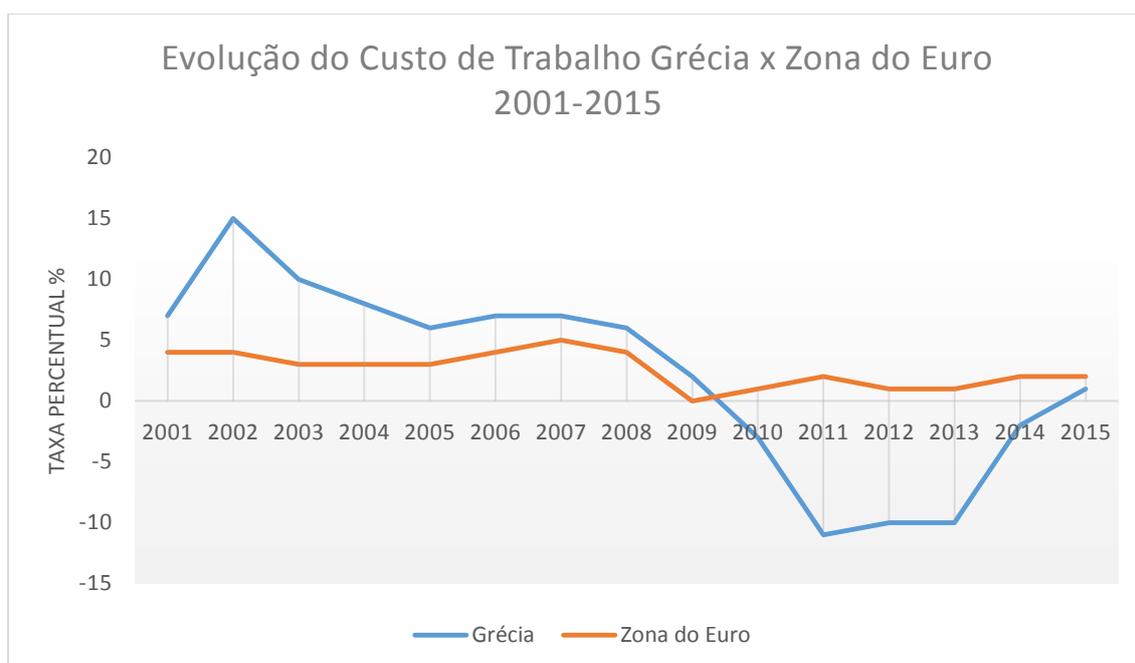


Fonte: PORDATA/Eurostat/Série histórica de taxa de variação do índice do consumidor, elaboração própria.

Outro indicador que demonstra a perda de competitividade grega é a evolução do custo do trabalho. O gráfico abaixo mostra a taxa de evolução do custo unitário de

trabalho da Grécia em relação á média da zona do euro. Desse modo se percebe que o salário grego está aumentando a um ritmo maior que na zona do euro, elevando seus custos de produção. O custo superior dessa mão de obra grega tem um impacto indireto na balança comercial, pois seus parceiros comerciais vão procurar em outros países o mesmo produto que apresente um preço de produto final menor, tendo em vista que este é influenciado pelos custos de produção (custo de mão de obra maior) nesse caso. A Grécia permitiu uma elevação de salários e pensões acima do seu crescimento natural que se manteve até a crise de 2008, após os impactos advirem sobre a economia grega a queda dos salários foram drásticas ficando abaixo da média da zona do euro como é mostrada no gráfico abaixo. (PINHO, 2014)

Gráfico 20: Evolução do Custo Unitário de Trabalho em Euro da Grécia e da Média da Zona do Euro AE 18 2001-2015 (Taxa de Variação em %)

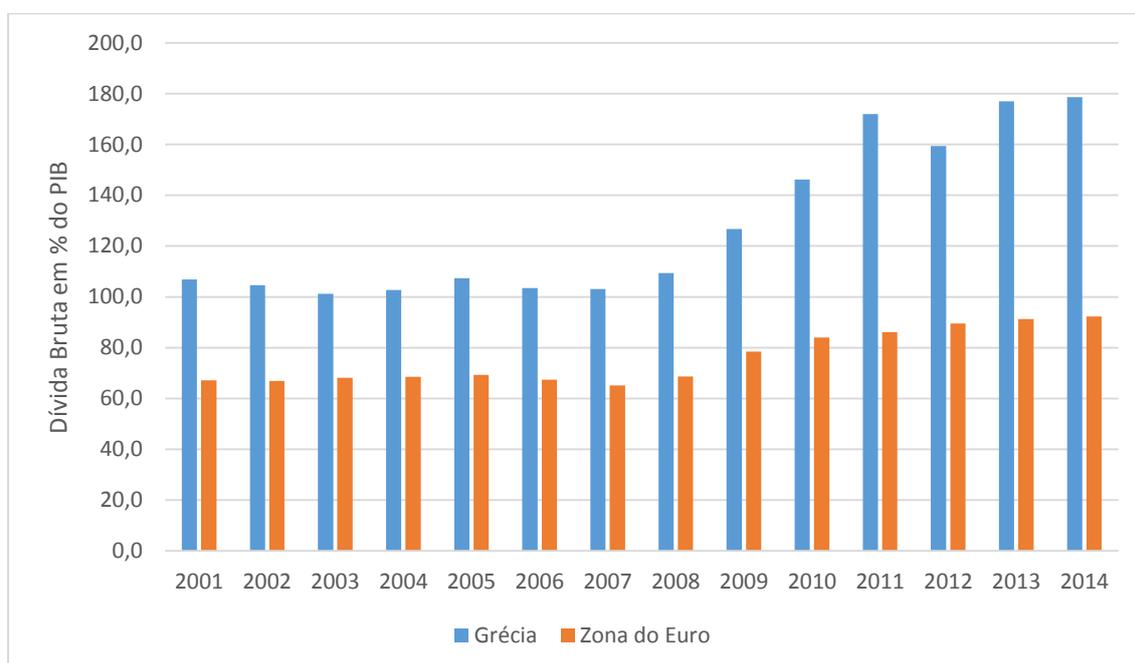


Fonte: PORDATA/EUROSTAT/INE/ série histórica de evolução de remuneração em euro/ elaboração própria.

Argyrou e Tsoukalas (2010), explicam que a crise da Grécia se deu por três principais fatores: O primeiro está na deterioração dos indicadores econômicos que entre 2001-2009 apresentaram vários problemas de déficit orçamental afetando sua competitividade externa e tornando suas finanças públicas insustentáveis. A segunda é pelas sucessivas alterações nas expectativas de mercado, principalmente pela falta de compromisso das autoridades políticas gregas em implementar as reformas estruturais

necessárias em busca do equilíbrio econômico grego, vale salientar que a população tornou-se relutante para essas implementações. E a terceira pela possibilidade de calote observada pelos mercados diante dos dados apresentados pela economia grega e pelo tamanho da dívida que estava propensa a crescer cada vez mais, logo as possibilidades de financiamento da dívida grega foram cada vez mais cautelosas e especulativas. O gráfico abaixo mostra a evolução da dívida grega no decorrer dos anos. (ARGHYROU e TSOUKALAS, 2010)

Gráfico 21: Evolução do Endividamento Público em % do PIB da Grécia X Zona do Euro entre 2001-2014

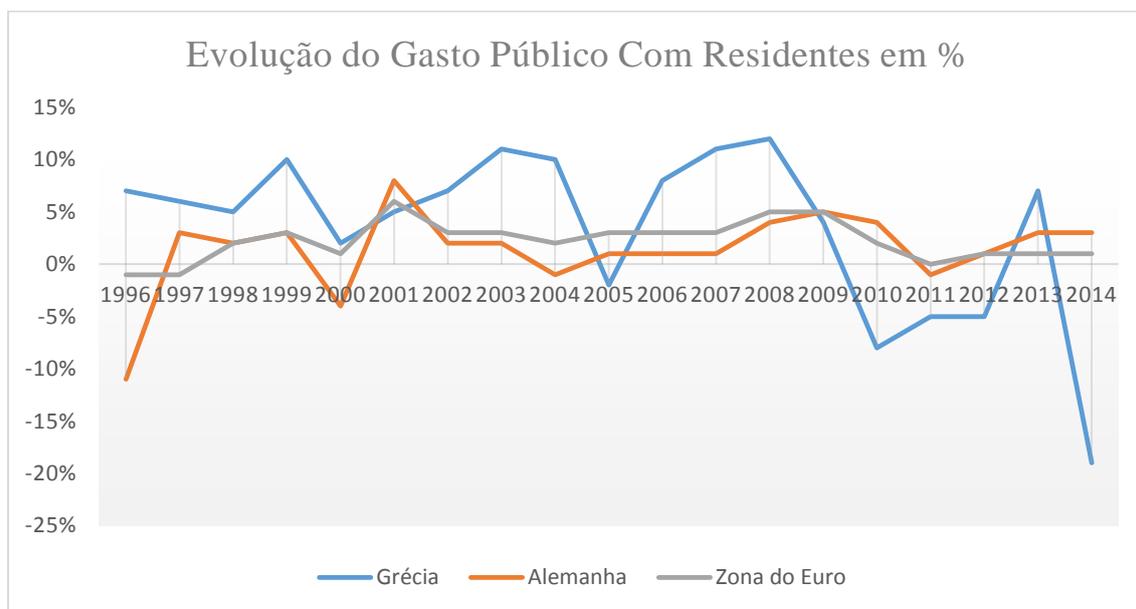


Fonte: PORDATA/Eurostat/ elaboração própria.

Com as agências de *rating* deixando claro o risco que o país apresentava e os investidores cada vez mais avessos ao risco, fizeram com que os *spreads* bancários se elevassem significativamente tornando inviável o financiamento direto pelos mercados financeiros. Foi quando o governo grego decidiu pedir ajuda direta ao FMI em 2010, sendo um programa que vigoraria de 2010 a 2013. O programa disponibilizaria um valor de 110 Bilhões de Euros sendo 80 Bilhões por meio dos países membros da zona do euro e 30 Bilhões diretamente do FMI. O país também deveria estar sujeito a constantes monitoramentos das reformas solicitadas pelos credores. (Comissão Europeia, 2010). O programa de ajustes tinha como objetivo conseguir a contenção da dívida no curto e médio prazo, era esperado um ajuste no orçamento das contas públicas para que se

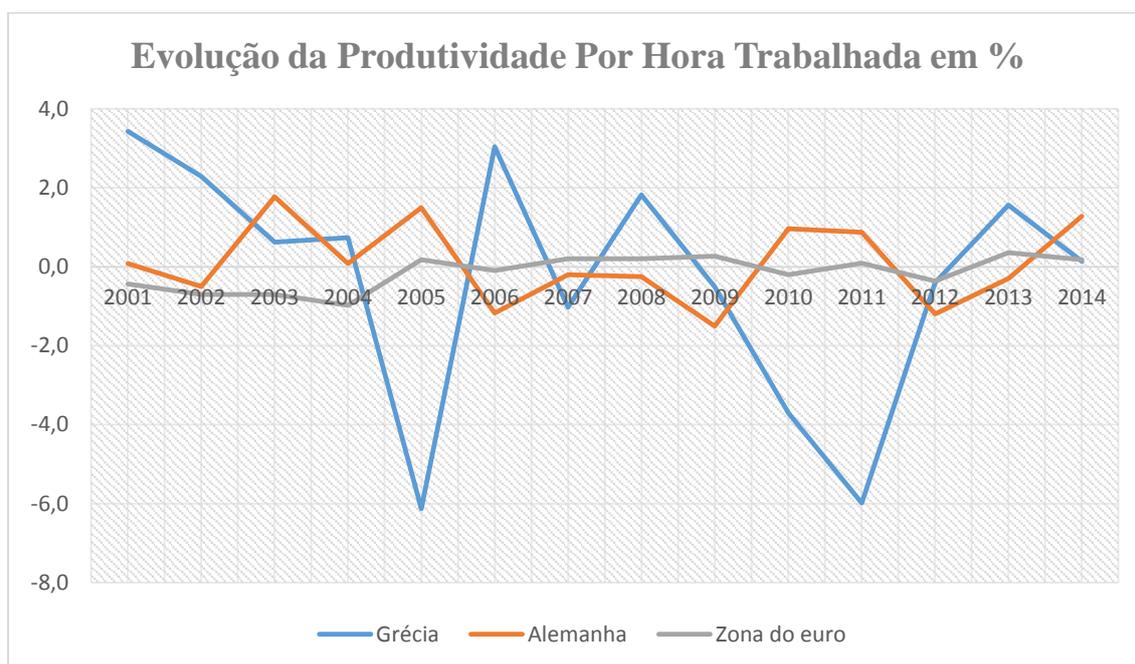
tornasse sustentável e a implementação de medidas que estabilizasse o setor bancário grego. A médio prazo era esperado reformas estruturais mais profundas visando atrair investimentos externos e que melhorasse a competitividade grega, o cumprimento por parte do governo era essencial para seguir conforme o pacote de ajuda a Grécia como para trazer de volta a confiança do mercado financeiro. Os maiores gastos do governo estavam concentrados em políticas públicas, para que houvesse efeito solido deveria ser reduzido custos com a massa salarial e transferências sociais. Por outro lado o governo deveria aumentar suas receitas via impostos diretos, pois o efeito sobre a receita seria pequeno devido ao peso estar distribuído em maior parte entre impostos indiretos e contribuições sociais. O plano de salvação apontado como o mais eficaz só acelerou o espiral de decrescimento da economia grega, com medidas econômicas extremas. A lógica desse ajustamento estrutural neoliberal visa a liberalização do mercado de trabalho, fortes cortes orçamentais, fortes reduções do salários e pensões, forte aumento de impostos e várias privatizações do patrimônio estatal. Os gráficos abaixo mostram a evolução dos gastos públicos por habitante, a evolução da produtividade por hora trabalhada e a evolução dos salários dos empregados, esse aumento dos gastos retrata os motivos do endividamento do governo demonstrado acima.

Gráfico 22: Evolução do Gasto Público Per Capita da Grécia, Alemanha e Zona do Euro entre 1996-2014



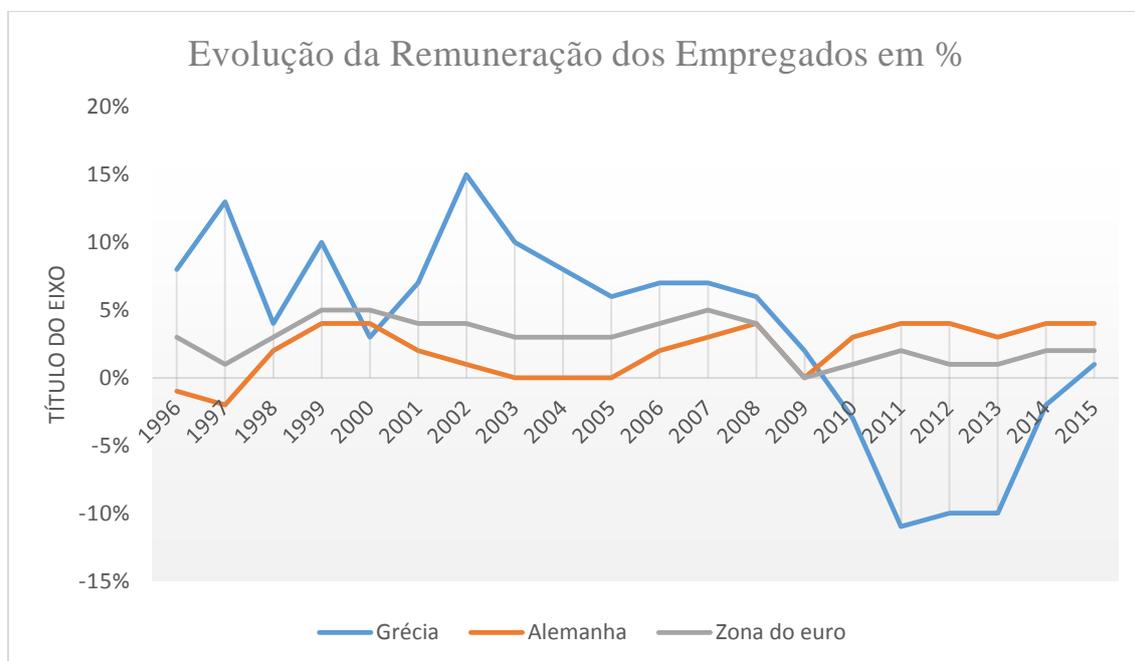
Fonte: Eurostat/ elaboração própria.

Gráfico 23: Evolução da Produtividade por Hora Trabalhada da Grécia, Alemanha e Zona do Euro entre 2000-2014



Fonte: PORDATA/Eurostat/elaboração própria.

Gráfico 24: Evolução da Remuneração dos Empregados da Grécia, Alemanha, e Zona do Euro entre 1996-2015



Fonte: PORDATA/Eurostat/elaboração própria.

Como mostrado nos gráficos acima a Grécia teve maiores gastos que Alemanha e que a média da Zona do euro, a produtividade por hora trabalhada cresceu pouco no decorrer

dos anos tanto na Grécia como na Alemanha o que ficou retratado também na média da zona do euro, tendo picos de queda em todas análises com o impacto da crise de 2008. A evolução dos salários na Grécia também esteve na maioria dos anos acima da média Alemã e da zona do euro, o que não é explicado pelo aumento de produtividade nem pelo baixo custo de matérias primas. Isso mostra que o aumento dos salários foi desproporcional em relação ao aumento de produtividade, deixando o governo com um maior gasto público desencadeando déficits negativos como mostrado no capítulo 4.

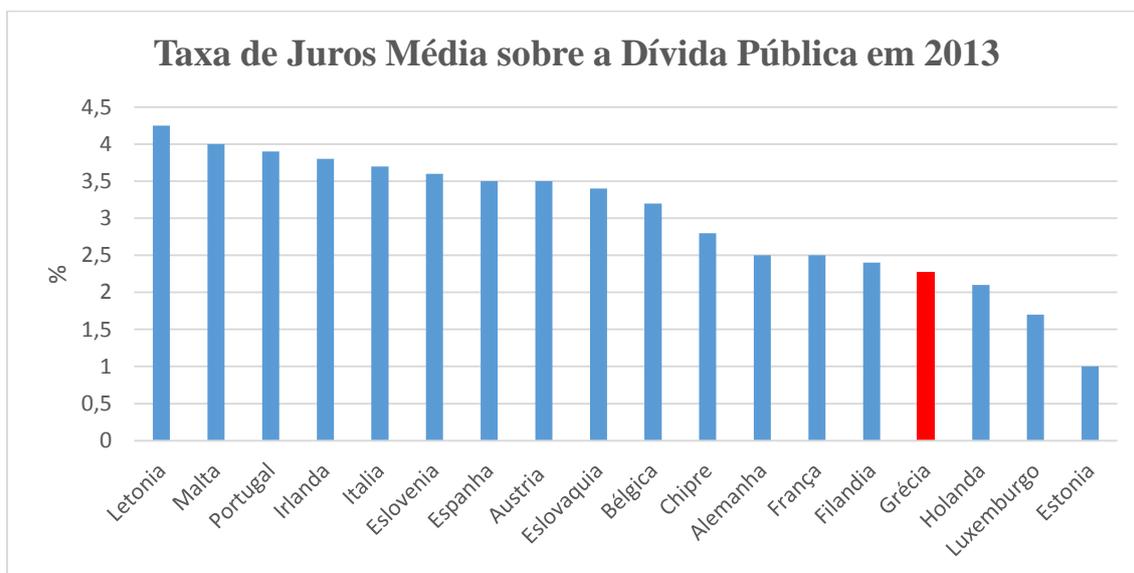
Os cortes que foram propostos para equilíbrio das contas públicas se concentraram em despesas salariais da função pública, das pensões e transferências que eram efetuadas a empresas públicas. O corte via salários e preços foi muito impactante com diminuição de salários e muitos desligamentos o que elevou a taxa de desempregados sobremaneira. Foi necessário implementar mudanças na legislação para diminuir custos com os trabalhadores desempregados e incrementado períodos maiores de estágio para que houvesse uma maior mobilidade de mão de obra barata e de baixo custo. As reformas para as pensões também surgiram cortando vários fundos e unificando todas existentes em apenas três, e a idade de aposentadoria de 65 anos foi modificada para 67 anos em 2012. (PINHO, 2014)

No início de 2012 a UE e FMI perceberam que a Grécia não conseguiria ajustar sua estrutura econômica no prazo programado pelo primeiro plano de resgate que iria de 2010-2013. As metas pareceram muito otimistas e a Grécia não conseguia cumprir ao ritmo desejado, então em 2012 foi publicado o segundo programa de ajustamento entre o FMI, o Banco Central Europeu e a Comissão europeia (troika), o tratado pretendia continuar a executar as propostas anteriores para que conseguisse alcançar os ajustes necessários nesse novo programa, o segundo pacote seria de 130 Bilhões de euros. (Comissão Europeia, 2012c)

De acordo com Oliver Blanchard o financiamento concedido a Grécia serviu para reembolsar os bancos estrangeiros, servindo para pagar os credores de curto prazo substituindo a dívida privada pela dívida oficial. Essa transferência ocorreu porque a dívida era com o setor privado, após o financiamento passou a ser de outros governos europeus a uma taxa de juros mais baixos. O resgate também beneficiou aos próprios gregos, uma vez que um terço da dívida era detida pelos bancos gregos e instituições financeiras, se caso os bancos falissem as famílias corriam o risco de perder toda sua poupança. A parte positiva do novo plano de resgate é que as taxas de juros foram mais

baixas, em 2009º pagamento de juros foi de 12 bilhões de euros enquanto no último ano os juros caíram para 6 bilhões de euros. (Blanchard, 2015). Em 2013 a taxa de juros da dívida da Grécia foi de 2,28% a quarta menor da zona do euro como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 25: Taxa de Juros Média Paga sobre a Dívida Pública dos Países da Zona do Euro em 2013



Fonte: Eurostat/elaboração própria.

Mesmo a Grécia pagando uma taxa de juros menor sua dívida continuou evoluindo. O segundo plano de resgate visava reduzir sua dívida que era de 160% do PIB em 2012 para 120,5% do PIB em 2020. O plano de resgate estaria no conjunto 2014 e 2015 com um valor de 17,3 Bilhões em obrigações nesse período, a Grécia no entanto pediu ajuda por perceber que não poderia honrar com seu compromisso dentro do prazo. A dívida total grega tem maturidade até 2057, com vencimentos anuais superiores a 10 Bilhões anuais entre 2037, 2040 e ainda 2043. Prazo que provavelmente sofra alterações devido a incapacidade da Grécia de pagar. Uma auditoria foi convocada para analisar a dívida grega, Maria Lucia Fattorelli aposentada da Receita Federal Brasileira teve a oportunidade de participar dessa auditoria e para ela a dívida é ilegal e ilegítima. Ela afirma que o sistema da dívida atual da Grécia em vez de servir para aportar recursos ao estado esse processo de endividamento tem funcionado como um meio de subtração de recursos públicos para o sistema financeiro privado. As dívidas ficam cada vez maiores sem nem sequer ter uma contrapartida real. As engrenagens desse sistema são compostas e apoiadas por privilégios legais, políticos e econômicos, em conjunto com a mídia que

apenas favorecem esse sistema de endividamento. Ela afirma que é um sistema insustentável “O acordo só fará agravar a já complicadíssima situação da economia grega, aprofundando ainda mais a crise humanitária. É insustentável e dentro de pouco tempo haverá outra crise ainda mais difícil.”(FATORELLI, 2015)

Em junho de 2015 a Grécia teria de pagar 1,6 Bilhões ao FMI como parcela da dívida e em Julho e Agosto uma parcela de 6,7 Bilhões ao BCE. A Grécia no entanto declarou que não tinha como pagar essa parcela e que precisaria de ajuda, como medida preventiva até uma tomada de decisões, os bancos foram fechados por uma semana e os saques limitados a 60 Euros por dia e para aposentados limite de saques de 120 Euros. A Troika já estudava o terceiro plano de resgate da Grécia por saber que a mesma não teria como honrar com a liquidação da parcela de sua dívida, um plano de 86 Bilhões de Euros foi oferecido com um prazo de 3 anos. Para conseguir esse terceiro plano de resgate o eurogrupo imponha 14 exigências listada na tabela abaixo:

Tabela 7: Exigências do 3º Pacote de Resgate a Grécia

Exigências do Eurogrupo Para o 3º Pacote de Resgate	
1. Pedir ajuda contínua ao Fundo Monetário Internacional (FMI):	Teria de pedir ajuda constante pelo programa atual ter vencimento no começo de 2016.
2. Ajustar o imposto ao consumidor e ampliar a base de contribuintes:	Aumentar impostos para elevar arrecadação do estado, essa mudança passaria por votação.
3. Fazer reformas múltiplas no sistema de aposentadorias:	As pensões teriam de ser financeiramente viáveis. As reformas iniciais também precisavam ser aprovadas na votação.
4. Garantir a independência do sistema de estatísticas:	Visava combater qualquer “maquiagem” de dados estatísticos do país.
5. Criar leis até que assegurem "cortes de gastos quase automáticos":	Visava alcançar os superávits fiscais necessários para recuperação econômica. Também seria votado.
6. Reformar o sistema de justiça civil até 22 de julho:	Tinha o intuito de reduzir gastos e torná-lo mais eficiente.
7. Fazer reformas comerciais:	Permitiria abrir estabelecimentos comerciais aos domingos e ampliar os horários de vendas, entre outras.
8. Privatizar o setor elétrico:	A menos que se encontrasse medidas alternativas com o mesmo efeito.
9. Reformar o sistema trabalhista:	Isso inclui revisar negociações coletivas e regulamentações de demissões coletivas.
10. Regulamentar o sistema bancário:	Reduzir a oferta de crédito de alto risco.

11. Aumentar de forma importante o programa de privatizações:	Com a transferência de € 50 bilhões em ativos gregos a fundos independentes com sede na Grécia.
12. Modernizar, fortalecer e reduzir os gastos:	Para o governo grego, com uma primeira proposta que deverá ser feita até 20 de julho.
13. Permitir que a Troika volte a Atenas:	O governo deve consultar estas instituições para fazer todas as reformas relevantes antes de submetê-las à consulta pública ao Parlamento.
14. Voltar a examinar, e se for o caso mudar, as leis aprovadas:	Em seis meses poderia mudar leis que podem ter levado ao retrocesso dos programas de resgate anteriores.

Fonte: Reuters 2015.

A Grécia não conseguiu pagar a parcela em junho de 2015, deixando o país em situação de calote. As medidas exigidas para a liberação do 3º pacote de resgate foram para o congresso onde ocorreria a votação para implementação das reformas. Para Paul Krugman (prêmio Nobel de economia em 2008) e Joseph Stiglitz (prêmio Nobel de economia em 2001) afirmam que os gregos deveriam votar não no referendo pelo fato de mais medidas de austeridade nesse momento não serem benéficas a economia grega. Em uma matéria da *The new York times*, intitulada de *Greece Over the Brink* (Grécia a Beira da Perda) fala sobre as medidas que já foram tomadas anteriormente já cortaram o emprego público em mais de 25% e os cortes nos salários com o aumento de impostos e privatizações já deveriam ter eliminado o déficit. Krugman defende que as medidas tomadas desde o primeiro pacote de resgate deixaram a Grécia em uma recessão profunda, e que ceder às exigências desse pacote tiraria a esperança de independência do país.

“Finalmente, a adesão a ele o ultimato da Troika representaria o abandono definitivo de qualquer pretensão de independência grega. Não se pode deixar levar por alegações de que funcionários da Troika são apenas tecnocratas explicando aos gregos ignorantes o que deve ser feito. Estes supostos tecnocratas estão em fantasia de fatos que têm ignorado tudo que sabemos sobre a macroeconomia, e tem sido errada a cada passo do caminho. Não se trata de análise, é sobre o poder – o poder dos credores para puxar a ficha sobre a economia grega, que persiste enquanto a saída do euro é considerada impensável. A Grécia deve votar “não”, e o governo deve estar pronto, se necessário, para deixar o euro.” (Krugman, 2015)

Joseph Stiglitz escreveu uma matéria no jornal britânico *The Guardian* intitulado de *how I would vote in the Greek referendum* (Como eu votaria no referendo grego) falando reconhecer que ambas decisões causam riscos, ainda mais se o “sim” prevalecer isso

significaria uma “depressão sem fim”, tendo em vista que desde o início das implementações (no primeiro pacote de resgate), a Grécia decresceu 25% do PIB e uma taxa de desemprego entre os jovens que supera os 60%. Para ele as imposições do novo pacote são punitivas, e que aprofundaria ainda mais a economia que sua situação atual. As imposições impostas não são apenas sobre dinheiro e sim sobre “prazos” para força a Grécia a aceitar as medidas impostas, não apenas medidas de austeridade mais também políticas repressivas e regressivas. Aceitar essas medidas sem realmente ter uma contrapartida seria apenas aumentar sua dívida, pois apenas pequenas quantidades dos pacotes de resgates realmente foram para a Grécia, a maioria foram direcionados para socorro a bancos privados e preservação do sistema bancário dos países credores.

“Devemos deixar claro: quase nada da enorme quantidade de dinheiro emprestado a Grécia tenha realmente ido lá. Ele passou a pagar credores privados – incluindo bancos alemães e franceses. A Grécia tem obtido, mas uma ninharia, mas pagou um preço alto para preservar sistemas bancários desses países. O FMI e os outros credores “oficiais” não precisam do dinheiro que está sendo exigido. Sob um cenário de business as usual, o dinheiro recebido seria provavelmente apenas para ser emprestado novamente para a Grécia.” (Stiglitz, 2015)

Em 5 de julho os gregos foram às urnas para votação e optaram pelo “não”, diante da impossibilidade de pagamento da Grécia. Mesmo assim os europeus concordaram em fazer o 3º pacote de resgate a Grécia de 86 Bilhões de euros, mais ainda exigindo medidas duras principalmente nos aumentos dos impostos, no sistema previdenciário e nas privatizações. Sobre a pressão europeia a Grécia aprovou no parlamento e o Eurogrupo aprovou em agosto o terceiro programa de resgate. Para Vicenç Navarro (catedrático de ciências políticas e sociais pela universidade de Pompeu Fabra, (Barcelona, Espanha)), desde o primeiro resgate a Grécia a intenção era socorrer os bancos franceses e alemães, que detinham a maior parte da dívida e que nessa circunstância o recurso não se fazia disponível para algum plano econômico na Grécia como ele diz:

“A dívida grega no ano de 2010 era possuída pelos bancos alemães (68.000 milhões), franceses (43.000 milhões), italianos (38.000 milhões), e espanhóis (25.000 milhões). O primeiro resgate à Grécia foi, na realidade, para resgatar esses bancos, como reconheceu um antigo presidente do banco central Alemão, o Sr. Karl Otto Pohl, que afirmou que “o resgate a Grécia era na realidade um resgate aos bancos, e em especial aos bancos alemães e francês.” (Navarro, 2015)

Ainda segundo Navarro o segundo pacote de resgate foi para que o estado pudesse pagar os juros da dívida, pois só uma minoria desse dinheiro teria sido de fato para ajudar a Grécia como ele cita:

“Só uma minoria de todo dinheiro transferido para Grécia nestes resgates (desde o primeiro resgate em 2010) foi para ajudar a Grécia. Os 90% foram para beneficiar as instituições financeiras. Como consequência, a dívida pública passou de 130% a 177% do PIB. O desemprego aumentou 27%. Mais de 40% das crianças passaram a viver na pobreza. Desde 2008, a Grécia cortou 40% no seu orçamento de estado, criando uma crise humanitária sem precedentes.” (Navarro, 2015)

Esses dados mostram que o discurso econômico alemão alegando a necessidade de aumento da competitividade e eficiência econômica é levado como desculpas para otimizar seus interesses, as reformas impostas pelos governos diante dos planos de resgates que parecem quase impossíveis não conseguem mascarar que a intenção por trás das medidas tão duras são apenas os interesses econômicos. (Navarro, 2015)

5.2 A Incapacidade de Pagamento da Dívida Pública

O crescimento demasiado da dívida pública grega nos últimos anos mostra diante desses números que a Grécia nunca conseguirá pagar, até mesmo se o serviço de juros se mantenha sem alterações ou reestruturações. Após a aprovação do terceiro plano de resgate, as medidas de austeridade continuaram cada vez mais fortes e com aspecto recessivo. Os neoliberais afirmam teimosamente que os efeitos benéficos a de vir com o tempo, quando na verdade isso já se tem falado desde o primeiro resgate em 2010 e até agora os rumos da Grécia não tiveram grandes mudanças a não ser pelo seu endividamento cada vez maior. (AABROMEIT, 2015).

Para Maria Lucia Fattorelli (umas das auditoras da dívida grega em 2015), afirma que esse sistema da dívida é apoiado pelas instituições financeiras e agências de risco, que agem de acordo com o que o mercado espera. No caso da Grécia se tem uma certa “manipulação” da nota de risco do país revelada poucos dias antes do vencimento da parcela, participando os mesmos agentes financeiros que contribuíram diretamente empurrando a Grécia a formar acordos com o FMI e UE. Um dos instrumentos legais que existe na legislação de diversos países é a “lei de responsabilidade fiscal” que criminaliza o administrador público que deixar de cumprir pagamentos da dívida, mesmo que esta implique em adquirir novas dívidas. Ao mesmo tempo essa lei estabelece rígido controle para gastos com saúde, educação, salários, ou seja, a prioridade é o compromisso com a dívida. Em casos piores há apropriação de recursos do estado e patrimônio como

empresas estatais, o que é altamente rentável para bancos e investidores e danoso para o país. A Grécia entrou em um círculo vicioso de endividamento do qual será muito difícil se livrar, o próprio FMI afirmou que a dívida é “impagável”. (FATTORELLI, 2010)

Os credores da Grécia estão cada vez mais alargando os prazos e diminuindo as taxas de juros cobradas pela incapacidade de pagamento grega, e para não causar aversão no mercado financeiro com a possibilidade de um possível calote. O Think-tank Bruegel () estima que em 2014 a Grécia pagou um juro de 2,6% e que a tendência é cair para 2% nos próximos anos. Segundo um documento que foi preparado pelo fundo de ajuda da zona do euro intitulado “O mecanismo de estabilidade europeu”, propõe que o pagamento da dívida grega seja da seguinte maneira: pagar 1% do principal da dívida até 2050 enquanto a taxa de juro do empréstimo seja limitada a 2% até lá. O documento com a proposta foi entregue as autoridades do ministério das finanças da zona do euro, para discussões envolvendo também o governo grego. (COSTA, 2015)

De acordo com as condições propostas pelos credores vamos construir uma situação hipotética para descobrir se a Grécia teria condições de pagar sua dívida se cumprisse todos os requisitos exigidos pela troika. A princípio vamos considerar que “todo o cenário econômico” se mantenha constante (*coeteris paribus*), e vamos usar o sistema de amortização SAC (sistema de amortização constante), ou seja, a cada mês a parcela corresponde a amortização acrescida dos juros aplicadas sobre o saldo devedor. Dessa maneira as parcelas serão decrescentes. De acordo com o Eurostat (sistema de estatística econômica da europa) a Grécia deve 178% do PIB, cerca de 321 Bilhões de euros segundo o trading economics. Mesmo sendo três planos de resgate distintos vamos considerar esse montante como apenas um plano de resgate que será pago de uma só vez. Com os dados acima o método de pagamento será 1% do principal anual e 2% de juros fixo do montante, esse prazo seria estabelecido até 2050 e após esse tempo o método seria mudado para parcelas maiores para maior quitação da dívida. Abaixo está montado o modo de pagamento onde a Grécia começaria a pagar as prestações em 2017 e terminaria em 2050 onde seria modificado o método de pagamento, nesse período seria pago trinta e três parcelas como mostra a tabela abaixo:

Tabela 8: Simulação do Pagamento das Parcelas da Dívida Pública da Grécia até 2050.

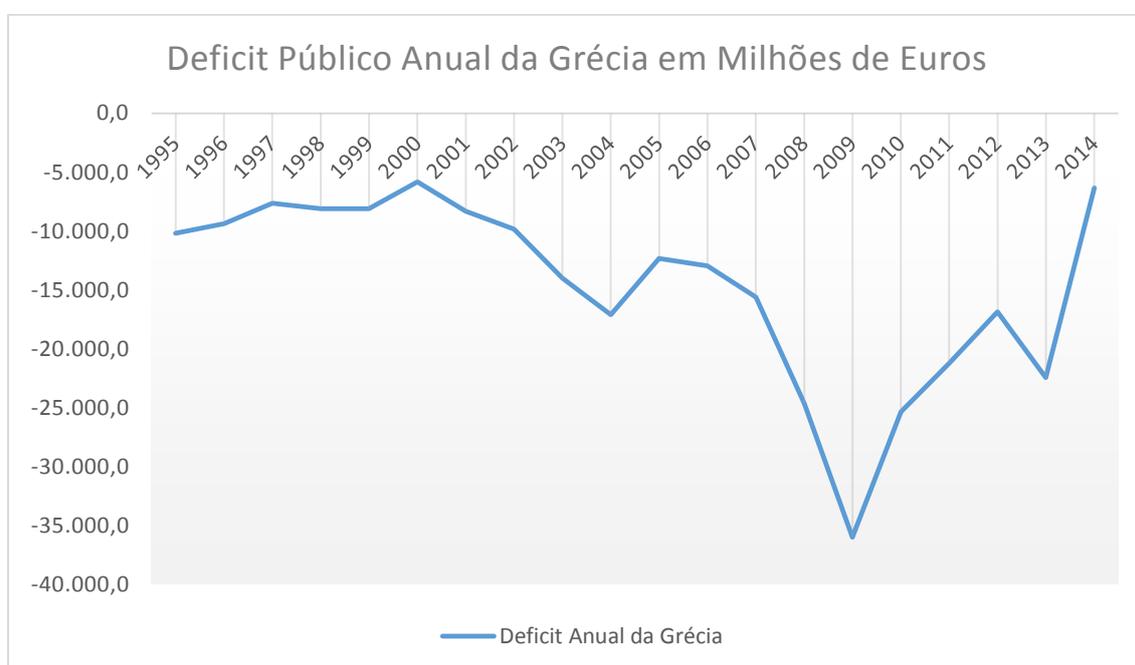
Tabela SAC					
k	R	J	A	SD	
Período em Anos	Prestação	Juros	Amortização	Saldo Devedor	Redução da Dívida em %
0				321.000.000.000	
1	9.630.000.000	2%	1%	317.790.000.000	99,00%
2	9.533.700.000	2%	1%	314.612.100.000	98,01%
3	9.438.363.000	2%	1%	311.465.979.000	97,03%
4	9.343.979.370	2%	1%	308.351.319.210	96,06%
5	9.250.539.576	2%	1%	305.267.806.018	95,10%
6	9.158.034.181	2%	1%	302.215.127.958	94,15%
7	9.066.453.839	2%	1%	299.192.976.678	93,21%
8	8.975.789.300	2%	1%	296.201.046.911	92,27%
9	8.886.031.407	2%	1%	293.239.036.442	91,35%
10	8.797.171.093	2%	1%	290.306.646.078	90,44%
11	8.709.199.382	2%	1%	287.403.579.617	89,53%
12	8.622.107.389	2%	1%	284.529.543.821	88,64%
13	8.535.886.315	2%	1%	281.684.248.383	87,75%
14	8.450.527.451	2%	1%	278.867.405.899	86,87%
15	8.366.022.177	2%	1%	276.078.731.840	86,01%
16	8.282.361.955	2%	1%	273.317.944.521	85,15%
17	8.199.538.336	2%	1%	270.584.765.076	84,29%
18	8.117.542.952	2%	1%	267.878.917.425	83,45%
19	8.036.367.523	2%	1%	265.200.128.251	82,62%
20	7.956.003.848	2%	1%	262.548.126.969	81,79%
21	7.876.443.809	2%	1%	259.922.645.699	80,97%
22	7.797.679.371	2%	1%	257.323.419.242	80,16%
23	7.719.702.577	2%	1%	254.750.185.050	79,36%
24	7.642.505.551	2%	1%	252.202.683.199	78,57%
25	7.566.080.496	2%	1%	249.680.656.367	77,78%
26	7.490.419.691	2%	1%	247.183.849.803	77,00%
27	7.415.515.494	2%	1%	244.712.011.305	76,23%
28	7.341.360.339	2%	1%	242.264.891.192	75,47%
29	7.267.946.736	2%	1%	239.842.242.280	74,72%
30	7.195.267.268	2%	1%	237.443.819.858	73,97%
31	7.123.314.596	2%	1%	235.069.381.659	73,23%
32	7.052.081.450	2%	1%	232.718.687.842	72,50%
33	6.981.560.635	2%	1%	230.391.500.964	71,77%

Fonte: Baseado nas propostas de pagamento oferecidas pelo troika, elaboração própria.

A última coluna da tabela mostra o total da dívida e o quanto iria abatendo em percentual até 2050, sendo a redução da dívida de apenas 29% no decorrer dos trinta e três anos.

Após esse prazo restaria ainda 230 bilhões que representa cerca de 131% do PIB (PIB de 2015 usado para cálculo da dívida de 176 Bilhões de Euros), se a Grécia conseguisse honrar todos os anos sem nenhum imprevisto. A primeira coluna mostra o valor das parcelas necessárias para pagamento, a Grécia precisaria de consecutivos superávits para ter capacidade de quitação das parcelas. O troika bem como toda união europeia sabe que a Grécia não conseguirá os superávits necessários para cumprir com o pagamento das parcelas, e por um motivo obvio, desde de 1995 (o início da série histórica) a Grécia não conseguiu apresentar nenhum superávit como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 26: Déficit Público Anual da Grécia em Milhões de Euros 1995-2014



Fonte: PORDATA/eurostat/elaboração própria.

Como mostra o gráfico acima mesmo depois dos pacotes de resgate aprovados e as reformas solicitadas que prometiam superávits primários a Grécia não conseguiu nenhum superávit durante toda série histórica. Uma das metas do FMI era que a Grécia conseguisse superávits a partir de 2020 de 3,5% do PIB para pagamento das taxas de juros, o governo grego programa para 2017 superávit de 1%. O PIB da Grécia em 2015 foi de 176 Bilhões de euros segundo a eurostat, um superávit de 3,5% do PIB significa um valor de 6,1 Bilhão, esse valor daria apenas para pagamento dos juros e a primeira parcela é de 9,6 Bilhões. Os gregos precisariam pagar o principal do montante de 1% dos recursos independentes das contas públicas. Se a Grécia conseguir cumprir todos os

requisitos exigidos, conseguir todos os superávits necessário para pagamento dos juros e do principal, e mantendo tudo constante (contanto que nenhuma crise aconteça até 2050), a dívida grega estaria em 131% do PIB em 2050. A dívida é claramente algo impagável, se desde o primeiro pacote de resgate a Grécia não conseguiu cumprir os objetivos para pagamento da dívida como conseguirá agora tendo em vista que já vai no terceiro pacote de resgate e sua dívida só aumenta? O FMI e já fala em possíveis redução dos juros para 1,5% fixo por trinta anos, alargamento do prazo de vencimentos até 2040, e redução da meta de superávit primário de 3,5% para 1,5%, pois se essas medidas não forem tomadas a dívida grega poderia disparar alcançando 250% do PIB em 2060 segundo documento publicado para discussão na reunião do eurogrupo em maio desse ano. (GRIPAS, 2016)

Como Conceição Tavares aborda em sua teoria vista no segundo capítulo um país que quer se desenvolver precisa ter uma boa capacidade de financiamento, para que sua estrutura produtiva tenha as alterações necessárias em rumo ao desenvolvimento como aconteceu com os Estados e o Japão após a segunda guerra mundial. A Grécia aderiu a pacote de empréstimos mas ao contrário desses países não conseguiu grandes mudanças estruturais e muito menos condição para pagamento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O lançamento do euro em 1999, foi resultado de um grande planejamento liderado pelos principais países da união europeia. O projeto visava resumidamente em diminuir as barreiras de comércio que havia entre os países, manter um câmbio fixo para reduzir as flutuações monetárias e ter um banco central com poder de atuação em todos os países que adotariam uma única moeda. O acompanhamento dos indicadores econômicos dos países candidatos à adesão ao bloco econômico estava em constante supervisão, as contas públicas deveriam estar em ordem e dentro de uma expectativa de controle caso demonstrasse alguma irregularidade momentânea. As medidas tomadas para esse acompanhamento visavam a manutenção da saúde financeira do bloco, pois qualquer país que apresentasse algum problema econômico poderia colocar em risco a estabilidade do bloco econômico. A Grécia não apresentava dados satisfatórios que justificassem a sua inclusão na zona do euro, o grande banco americano Goldman Sachs (o primeiro a falir e desencadear a crise em 2008), foi um dos responsáveis por maquiagem suas contas públicas favorecendo a sua inclusão no bloco. Alguns economistas afirmaram que a adesão ao euro por parte da Grécia seria um erro futuro, pois o país não aguentaria o peso da moeda e em qualquer crise ela estaria em um rumo para o endividamento. O impacto da adesão ao euro a princípio foi positivo ao país, o poder de compra dos gregos aumentou significativamente e sua demanda esteve voltada para produtos importados advindos principalmente de países como Alemanha e França que tinham produtos de melhor qualidade comparado ao nacional e por um custo agora acessível graças ao euro. Entre os anos de 2001 e 2008 a Grécia manteve uma média de crescimento real do PIB em torno de 4,07% segundo a eurostat, com maior poder de compra as pessoas demandavam mais produtos gerando um fluxo de renda. O governo criou fundos de pensão e aposentadorias bastante generosos que não condiziam com as condições do país. Durante esse período de tempo a Grécia não fez grandes mudanças em sua estrutura econômica de produção, apesar de aumentar suas importações e produção de refinados do petróleo como principal produto importado. Em 2008 com a crise *subprime* além dos impactos extremamente negativos, descobriram que os dados apresentados pela Grécia eram piores do que os apresentados anteriormente e o rombo em suas contas públicas juntamente com os efeitos da crise colocaram o bloco em uma situação delicada, sendo necessária a discussão de diversos planos de resgate econômico para o país. Em 2010 foi aprovado o primeiro plano de resgate no valor de 110 Bilhões de euros, o plano vigoraria até 2013 e deveria ser

acompanhado de diversas exigências do FMI para que se conseguisse uma estabilização das contas públicas. As exigências visavam mudanças estruturais a fim de recuperar a confiança do mercado financeiro e atrair investimentos externos, em especial a contenção dos gastos públicos que era o maior vilão do descontrole das contas públicas.

Em 2012 o FMI com os principais representantes da zona do euro percebeu que a Grécia não havia como pagar sua dívida e que as metas impostas pareceram muito otimistas para serem cumpridas, o país não conseguiu progredir para possíveis superávits em suas contas públicas e estava longe de lograr êxito nas exigências do plano de resgate. O valor do pacote aprovado foi de 130 Bilhões de euros que nesse caso serviu principalmente para socorrer bancos privados e credores de curto prazo, pois a dívida era do setor privado e agora passara a ser de outros governos europeus. O plano serviu não diretamente para Grécia mais sim para o setor privado, mesmo com as mesmas exigências impostas para aprovação do pacote a Grécia só aumentou sua dívida e não conseguiu os resultados que era esperado. Em junho de 2015 se vencia uma parcela da dívida no valor de 1,6 Bilhões de Euros ao FMI, no entanto a Grécia dependia de recursos da europa e não conseguiu fazer o pagamento entrando em situação de calote. O terceiro plano de resgate foi cogitado com um pacote de 86 Bilhões de euros, no entanto, era exigido medidas extremas para convergir ao equilíbrio das contas públicas. Desde o primeiro plano de resgate a Grécia tem cortado empregos, pensões, privatizado várias estatais e mesmo assim não atingiu o esperado. Com todas exigências imposta pelo terceiro pacote o governo fez uma votação depois de o povo tomarem as ruas e protestarem constantemente, inclusive pelo governo bloquear por uma semana os saques e limitar os valores para aposentados em tentativa de pagamento da parcela que iria vencer. No referendo o povo decidiu pelo não, mesmo assim o terceiro pacote de medidas foi aprovado. A Grécia deve atualmente cerca de 178% do PIB segundo a Euroestat, ao fazermos a simulação de pagamento da dívida atual com os requisitos do FMI e TROIKA (pagamento anual de 1% do principal e 2% de juros) se percebe que a Grécia não terá condições de pagamento como apresentado na tabela de simulação de SAC do capítulo 5.

A Grécia entrou em um processo de endividamento do qual será muito improvável que saia. Raul Presbich falou sobre a importância de equilíbrio na balança de pagamentos, sobre como o país deveria procurar substituir as importações e não ter sua política de comercio exterior asfixiada externamente. Celso Furtado enfoca na falha dos países subdesenvolvidos em absolver as tecnologias, que o subdesenvolvimento não é um

processo que todo país desenvolvido precisa passar isso é uma anomalia do sistema, existe um processo de dependência de centro-periferia que mantêm o país periférico subdesenvolvido. A Grécia não teve o controle de sua balança de pagamentos, não procurou substituir suas importações, deveria ter investido em sua estrutura produtiva interna absolvendo as tecnologias externas e criando sua própria política de comercio de desenvolvimento, embora tenha exportação de maquinas, produtos derivados do petróleo e produtos farmacêuticos tradicionais de países desenvolvidos. A Grécia acabou criando uma dependência e uma relação não exatamente de centro-periferia pois exporta também produtos que estão entre os países desenvolvidos, faltou o investimento no setor de ponta por isso sua balança comercial em toda série histórica é negativa. Além de ter problemas na produção de bens que é abordado por Kalecki quando o mesmo afirma que se não houver uma capacidade de produção maior e uma demanda interna para esses produtos não se pode ter desenvolvimento. A Grécia também tem problemas no setor de tecnologia que é abordado por Schumpeter, onde o mesmo fala que a tecnologia é o impulso para o desenvolvimento e aquelas empresas que não conseguem absolver fecham suas portas, da mesma forma é um país que não consegue inovação tecnológica ele se torna pouco competitivo. A Grécia se encontra presa na armadilha do endividamento, para Conceição Tavares um país quer se desenvolver precisa ter uma boa capacidade de financiamento, isso permite que sua estrutura produtiva tenha as mudanças necessárias ao desenvolvimento como aconteceu com os Estados Unidos e Japão. Em suma, a problemática do subdesenvolvimento abordada pelos autores citados não se encaixa perfeitamente na situação da Grécia, sua relação com o bloco econômico se apresenta como uma situação de semiperiferia onde o país se encontra em uma posição intermediaria, em outras palavras, uma relação que não apresenta a exata dependência entre a periferia e o centro mais que está escalonada entre esse meio. Os gargalos abordados pelos autores ainda sim merecem atenção especial mesmo não se enquadrando como periferia, pois a Grécia não conseguiu superar seus problemas econômicos e é muito improvável que consiga sair da armadilha do endividamento em que se encontra.

Referências Bibliográficas

AABROMEIT, Richard, No olho do furacão – impressões sobre a crise na Grécia – V, Setembro, 2015. Disponível em (<https://arlindenor.com/2015/11/13/no-olho-do-furacao-impressoes-sobre-a-crise-na-grecia-iv/>) Acessado em 01/07/2016.

AFP, Desemprego é recorde na Zona do Euro, mas pior pode estar por vir, 2015. Disponível em (<http://www.cartacapital.com.br/economia/desemprego-e-recorde-na-zona-do-euro-mas-pior-pode-estar-por-vir>) Acessado em 03/07/2016.

ARGHYROU, Michael e TSOUKALAS, Jhon, “The Greek Debt Crisis: Likely Causes, Mechanics and Outcomes”, CESifo Working Paper, N° 3266, 2010.

BAER, Mônica et al. Os desafios à reorganização de um padrão monetário internacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.4, p.1-12, jun.1995.

BLANCHARD, Oliver, O Programa da Troika Prejudicou a Grécia?, 2015. Disponível em (<http://mercadopopular.org/2015/07/o-programa-da-troika-prejudicou-a-grecia/>). Acessado em 03/07/2016.

Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Textos selecionados (Dois Volumes), CEPAL/Fundo de Cultura Econômica, Santiago do Chile, 1998. Disponível em (<http://www.cepal.org/pt-br/historia-de-la-cepal>), Acessado em 19/01/2016.

C. J. POLYCHRONIOU, A Crise da Dívida Grega No Seu Contexto, Setembro de 2011.

_____. “The Euro Proved to Be a Mistake,” entrevista de C.J Polychroniou com Joachim Starbatty *in the Sunday Eleftherotypia*, Economic Section (24, de Dezembro, 2010).

Comissão Europeia, “The Economic Adjustment Programme for Greece”, Directorate-General for Economic and financial Affairs, Occasional Papers, N° 61, 2010.

Comissão Europeia b, A União Econômica e Monetária e o Euro, Outubro, 2012.

Comissão Europeia, c “The Second Adjustment Programme for Greece”, Directorate-General for Economic and financial Affairs, Occasional Papers, N° 94, 2012.

COSTA, Jorge, A reestruturação da dívida na Grécia, Janeiro, 2015. Disponível em (<http://o-tradicionalista.blogspot.com.br/2015/01/ha-nisto-tudo-da-grecia-da.html>). Acessado em 06/07/2016.

DOOLEY, M.; FOLKERTS-LANDAU, D.; GARBER, P. An essay on the revived Bretton Woods system, **NBER Working Papers**, n. 9971, set 2003.

FATTORELLI, Maria Lucia, Entrevista por email após apresentação do relatório no parlamento grego em 17 de junho de 2015.

_____. O “sistema da dívida” e a crise da Grécia, 2010.

FREIRE, A União Europeia e a Crise da Dívida Pública, Monografia PUC-RIO, 2013, pag. 12-23.

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico, 4º ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra 1974.

_____. Análise do modelo brasileiro. 3º ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. O Subdesenvolvimento revisitado. In: Economia e Sociedade. 1º ed., Campinas, 1992b, p. 39-70.

_____. Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico estrutural. 3º ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 8-40.

GRIPAS, Yuri, FMI pede alívio “incondicional e antecipado” da dívida da Grécia, Maio de 2016. Disponível em (<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/fmi-pede-alivio-incondicional-e-antecipado-da-divida-grega>) Acessado em 10/05/2016.

LÓPEZ, Michael Kalecki, um pioneiro da teoria econômica do desenvolvimento, Revista de Economia Política, vol.29, nº 2 (114), abril-junho/2009, p 191-211.

Metainformação – FMI. Eurostat | BCE | Entidades Nacionais. (Dados obtidos em www.pordata.pt a 27-05-2016)

MIGUEL, Joaquim. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch, 2007.

MORAES, Desenvolvimento na perspectiva estruturalista e neo-schumpeteriana- A inovação como elemento de convergência, IPECE, textos para discussão, Nº 96, pp. 8-12, outubro/2011.

NAVARRO, Vicenç, Como a Alemanha Domina a Europa, Outubro, 2015.

OLIVEIRA, Giuliano, O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo, pag 1-23, 2008.

PREBISCH, Raul. *Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. El Trimestre Económico, México*, v.50, n. 198, 1983, p 1086.

PINHO, Mariana de Freitas, A Crise da dívida soberana na área do euro, 2014.

REVISTA DA CEPAL – Número Extraordinário, Evolução das ideias da CEPAL, Ricardo Bielschowsky, outubro de 1998.

RODRÍGUES, Octavio. Teoria do subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

_____. O estruturalismo-latino americano/tradução Maria Alzira Brum Lemos, Rio de Janeiro, 2009, p 61-86.

SCHUMPETER, JOSEPH A. (1982). Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p 45-50.

STIGLITZ, Joseph, “how I would vote in the Greek referendum” 29 de junho, 2015. Disponível em (<https://www.theguardian.com/business/2015/jun/29/joseph-stiglitz-how-i-would-vote-in-the-greek-referendum>). Acessado em 26/05/2016.

TAVARES, Adir. Crise na Grécia e a teoria econômica neoliberal. Setembro, 2013. Disponível em (<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/crise-na-grecia-e-a-teoria-economica-neoliberal>). Acessado em 20/05/2016.

TAVARES, Maria Conceição, A Retomada da hegemonia norte-americana, Rio de Janeiro, Junho de 1985.

TOUSSAINT, ERIC. Centro Versus Periferia na União Europeia, Junho, 2011. Disponível em (<http://www.esquerda.net/artigo/centro-versus-periferia-na-ue>). Acessado em 22/04/2016.

Uma Moeda Para Europa: O Caminho Para o Euro. Comunidades Europeias, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2007.

VERSIGNASSI, Alexandre. Não é a Grécia que tem de sair do euro, é a Alemanha, Julho, 2015. Disponível em (<http://super.abril.com.br/blogs/crash/grecia/>) Acessado em 10/04/2016.

KRUGMAN, Paul, “A version of this op-ed appears in print on June 29, 2015, on page A19 of the New York edition with the headline: Greece Over the Brink.” 2015. Disponível em (http://www.nytimes.com/2015/06/29/opinion/paul-krugman-greece-over-the-brink.html?_r=1). Acessado em 14/07/2016.